

alavanca
CGTP-IN

9º ANIVERSÁRIO

UNIDADE SINDICAL

PARA

DEFENDER

ABRIL



1 OUTUBRO 1970/1979

C.G.T.P.-INTERSINDICAL

ANO 4 - N.º 29 - OUTUBRO 1979 PREÇO 15\$00

Neste número da "Alavanca"

DESTACAVEL E "POSTER"
9.º ANIVERSARIO DA CGTP-IN

POPULARES LIVRARIAS



AS SUAS LIVRARIAS

ANGRA: LIVRARIA POPULAR DE ANGRA
Rua Rainha D. Amélia, 76-80 - ANGRA DO HEROISMO

BEJA: LIVRARIA POPULAR DE BEJA
Rua Mártria, 89 - BEJA

COIMBRA: INTERLIVRO

Torreiro da Erva, 6 - COIMBRA

ÉVORA: LIVRARIA BENTO JESUS CARAÇA

Rua Adesova de Basso, 13 - ÉVORA

FARO: LIVRARIA POPULAR DE FARO

Rua 1.ª de Dezembro, 13 - FARO

LISBOA: INTERLIVRO

Rua Pedro Nunes, 9-A - LISBOA 1

LIVRARIA «o diário»

Rua do Século, 80 - LISBOA 2

CDL

Avenida Santos Dumont, 57-C - LISBOA 1

OLIVAIS SUL: LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAIS

Rua Cidade de Quilimane, 3-C - OLIVAIS SUL

MARINHA GRANDE: LIVRARIA 16 DE JANEIRO

Rua António Campos Júnior, 18 - MARINHA GRANDE

PORTO: LIVRARIA AVANTE

Rua de Ariz, 26 - PORTO

SANTARÉM: LIVRARIA CAMINHO

Rua Pedro de Santarém, 41 - SANTARÉM

SETÚBAL: LIVRARIA MUNDO NOVO

Avenida de Angola, 29-A - SETÚBAL

VIANA DO CASTELO: LIVRARIA POPULAR DE VIANA

Rua da Picota, 38-40 - VIANA DO CASTELO

V. FRANÇA DE XIRA: LIVRARIA SCIBEIRO PEREIRA GOMES

Rua Serpa Pinto, 77 - VILA FRANÇA DE XIRA

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA

Avenida Santos Dumont, 57-4.ª Esq.ª - LISBOA 1

ONDE PODE ENCONTRAR

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS ● LIVROS
ESCOLARES ● DISCOS ● CASSETES ● ARTESANATO
● POSTERS ● SELOS ● MEDALHAS ● JOGOS
● BRINQUEDOS



visite
as

POPULARES
LIVRARIAS CDL

Leia neste número:



AGOSTINHO NETO:
UMA PERDA PARA A HUMANIDADE

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL
AVANÇA EM TODAS AS FRENTEIS



alavanca

CGTP-IN

ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
- INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Vítor Cordon, N.º 1, 2.º - LISBOA

DIRECTOR: JOSÉ ERNESTO CARTAXO



3.º CONGRESSO
DA CGTP-IN



ANO INTERNACIONAL
DA CRIANÇA

REDACÇÃO
E ADMINISTRAÇÃO:
RUA VÍTOR CORDON, N.º 1, 2.º
1294 LISBOA CODEX

COMPOSTO E IMPRESSO
NA RENASCENÇA GRÁFICA
SARL
RUA LUZ SORIANO, 44
1200 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO:
CDL - CENTRAL DISTRIBUIDOR,
LIVREIRA **

Sumário

Editorial	5
Notícias e comentários	6
Conflitos laborais	8
3.º Congresso da CGTP-IN	10
Congressos sectoriais	12
A CGTP-IN e as próximas eleições para a Assembleia da República	14
A Organização Sindical avança em todas as frentes	16
Semana de Luta Contra o Desemprego	18
Por que razão sobem os preços	20
Ano Internacional da Criança	22
Emigração	24
A CGTP-IN e o Mundo	25
Tempos Livres 79 - Balanço e perspectivas	28
Passatempo	30

ESTA EDIÇÃO CONTÉM 40 PÁGINAS

Incluindo um destacável e um poster alusivos
ao 9.º aniversário da CGTP-IN.

Condições de assinatura

Continente	- Anual (12 números)	165\$00
	- Semestral (6 números)	85\$00
Ilhas (Por avião)	- Anual (12 números)	260\$00
	- Semestral (6 números)	130\$00
Estrangeiro (Por avião)	- Anual (12 números)	500\$00
	- Semestral (6 números)	250\$00

Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- Intersindical Nacional - Rua Vítor Cordon, n.º 1-2.º
1294 LISBOA CODEX

Em directo com os leitores

Hermenegildo de Oliveira
— Lisboa

—Nunca me interessel grandemente pela politica dos partidos. Mas porque quero o bem do meu pais é que sinto um grande e triste espanto quando leio nos jornais o que se tem passado e ainda se passa, nas terras da Reforma Agrária.

—Segundo os jornais de 11 de Setembro, já em pleno Governo da Senhora



Pintasigo, com todas as prerrogativas constitucionais, continuam a processar-se mais e mais injustiças no que respeita à amputação de Cooperativas e de outras unidades de produção agrícola. Classifico da mais grave injustiça, por exemplo, a devolução de reservas de muitas UCP's a agrários, decretadas no tempo do Governo Mota Pinto, de quem todos os trabalhadores diziam, com razão, o pior possível da sua acção governativa em desfavor dos que produzem a riqueza do pais e que, com essas suas leis, desferiu terribes ataques ás conquistas do 25 de Abril.

—Acho que os bons promettimentos da senhora Pintasigo, que é o Primeiro-Ministro deste V Governo Constitucional, de que o seu Governo iria agir

na procura de uma era de acalmia social respeitantes aos conflitos que os anteriores Governos tinham originado contra os trabalhadores das fábricas e dos campos, e outros, não estão a ser cumpridos. E isto é um problema grave aos olhos dos trabalhadores portugueses, mesmo os não politizados, que compreendem o que está bem e o que está mal feito, em relação aos interesses deles e até da própria Nação. Porque, com o prosseguimento da violência do MAP, apoiado pela GNR e seus cães-policias, para a devolução de reservas que as cooperativas e outras unidades de produção agrícola tão amosa e duramente têm trabalhado, a boa, prometida e esperada imagem de apaziguamento social desfaz-se como castelo de cartas, deixando perplexos os que acreditaram nas bonitas palavras da senhora Primeiro-Ministro.

—Segundo os jornais a que acima me refiro, houve, nessa altura, numerosas entregas de reservas nos distritos de Évora e Beja (Montemor, Arraiolos, Moura, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Alandroal, Serpa, Couço, etc.) com o forçado e «simpático dialogo» de elementos da GNR, nuns lugares apoiados com 8 jeeps e noutros com 10 jeeps, assim como o reforço estratégico de cães-policias...

—Será desta maneira que a senhora 1.ª Ministra e o seu Governo pretendem conquistar a acalmia social tão prometida e cantada aos ventos, nas proximidades das eleições? Será desta maneira que os trabalhadores agrícolas se podem sentir assegurados nos seus direitos, estimulados a produzir mais e melhor, para bem do pais e do povo português?

—Esta politica de violência, de provocação e de injustiça contra os trabalhadores tem de ser, e com toda a urgência, estancada, senhora 1.ª Ministra. E quanto mais depressa melhor. Para bem-estar social de Portugal, para bem de todos os verdadeiramente amantes da sua Terra e dos seus reais interesses, no número dos quais com toda a humildade me conto, mas também conto V. Excdência! — O desabafo deste leitor

é mais que bem fundamentado. Estamos inteiramente de acordo com os seus protestos contra toda a sorte de injustiças praticadas nas terras da Reforma Agrária, especialmente no que diz respeito ao emprego das forças militarizadas, seus jeeps e seus cães-policias para aterrorisar os trabalhadores, métodos estes condenáveis sob todos os pontos de vista, e que vinham sendo praticados despunctoradamente pelo governo Mota Pinto, de tão triste memória.

Armando Medeiros — Coimbra

—Escutei, muito atentamente, pela rádio, a senhora 1.ª Ministra, quando deu uma entrevista em 10 de Setembro de 1975. Sou velho e reformado. E, segundo as suas palavras, a senhora 1.ª Ministra parece estar sinceramente in-

teressada pela situação miserável em que a grande parte dos chamados da 3.ª idade se encontram, com vencimentos de miséria. Desejo do coração que ela e o seu Governo possam melhorar a sério a situação, quantas vezes, desesperada, dos que se deram ao trabalho uma vida inteira e agora, gastos e velhos, andam espartilhados no meio de uma miséria desgraçada.

Amigo, o problema, no seu conjunto social e humano, é muito complicado. Há quem seja novo e trabalhador e viva com as mais duras dificuldades, roçando pela miséria, para se poder manter e aos seus. Toda a estrutura social, politica e económica do nosso pais tem de ser revista para que a todos os portugueses, trabalhadores que o foram e trabalhadores que o são, possa beneficiar mais directamente das riquezas produzidas pelo povo português.

LIVROS RECEBIDOS

EDIÇÕES ESTAMPA

«A matemática natural no ensino infantil», por Madeleine Porquet; «A criança no mundo actual — Psicologia, vida e problemas», por Louise Pepim; e «Sociólogo em tempo inteiro — Análise Institucional e Pedagogia», por René Lorau.

EDIÇÕES ALFAÓMEGA

«Os sonhos do Tio Girassol», por Rui Cunha Viana; e «Homens e Cães», contos, por A. Vicente Campinas.

EDITORIAL CAMINHO

«Politica Monetária — da teoria à realidade: 1.º volume — Equilíbrio interno; 2.º volume — Equilíbrio Externo», por José Martins Barata.

LIVRARIA PETRONY

«Código de Processo do Trabalho — Regulamento das Comissões de Conciliação — Código das Custas Judiciais do Trabalho», por Manuel Barros Moura.

EDIÇÕES AVANTE

«A Revolução proletária e o renegado Kautsky», por V. I. Lênine.

Editorial

Unidade sindical, para defender Abril

Com a queda do sinistro governo Mota Pinto abriu-se aos trabalhadores portugueses a perspectiva de uma viragem na política que vinha sendo seguida a partir sobretudo do 1.º Governo Constitucional e que atingiu aspectos de completa ilegalidade constitucional com o 4.º governo de Mota Pinto.

Foi com agrado que os trabalhadores acolheram o Governo da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo. Do diálogo encetado com o V Governo, se bem que tenha transparecido a intensão de serem corrigidos os aspectos gravosos resultantes da desgraçada herança do executivo fascizante Mota Pinto, o certo — é que, apesar de algumas medidas positivas — nomeadamente a actualização dos salários mínimos, que demonstram uma preocupação séria do Governo em atenuar os gravosos efeitos do aumento de preços ultimamente decretados — o Executivo se debate na contradição criada entre as suas divulgadas intenções sociais e a aplicação das linhas fundamentais da política ruínoza ditada pelo FMI, apoiada e aplaudida pelas forças políticas de direita, nomeadamente do PPD e CDS, a qual não permite a resolução dos problemas do país e agrava a crise económica.

Por outro lado, mantendo o Governo uma actuação de conciliação com a política de direita e de cedência à chantagem da reacção, no que se refere à manutenção da escandalosa situação existente na Comunicação Social e à continuação da ilegalidade ofensiva contra a Reforma Agrária, os factores de instabilidade social e política acentuar-se-ão.

Daí que se torne imperioso e urgente pôr termo àquele situação.

É no contexto dum Governo e da política antes caracterizada e, ainda, do período pré-eleitoral que se vive no País, que decorrem as comemorações do 9.º aniversário da CGTP-IN.

Ao comemorar o 9.º aniversário e feito o Balanço da sua actividade tira-se a agradável conclusão de que a CGTP-IN tem tido um papel decisivo em todos os aspectos da vida do País.

Lutando primeiro contra o fascismo, tendo uma acção importante na criação de condições para a arrancada do 25 de Abril, contribuindo para as profundas alterações operadas na sociedade portuguesa, constituindo um dos mais fortes baluartes para assegurar a defesa das conquistas alcançadas, reforçando a sua unidade e organização, a CGTP-IN, exercendo a sua influência em todas as esferas da vida nacional constitui, hoje, um poderoso obstáculo aos designios das forças reaccionárias e conservadoras e surge cada vez mais prestigiada perante o país e o estrangeiro.

O 9.º aniversário da CGTP-IN, terá de ser mais uma reafirmação da CGTP-IN como grande e única estrutura orgânica dos trabalhadores portugueses, em torno da qual se consolida e alarga a sua unidade, e como o grande baluarte — provado na prática — que defende os seus interesses de classe.

O 9.º aniversário será, também, a chamada de atenção para a importância da mobilização dos trabalhadores e suas organizações no combate eleitoral que se aproxima, com o intuito de derrotar a aliança reaccionária que agrupa todas as forças políticas e sociais do grande patronato, responsável pelos 48 anos de fascismo e pela política criminoso do governo fascizante de Mota Pinto.

Com o 9.º aniversário iniciar-se-á, também, o arranque do Congresso de 1980, como tarefa e objectivo central da acção sindical, nos tempos mais próximos. Nele se definirão os objectivos de luta dos trabalhadores, que permitirão a defesa e o prosseguimento de Abril.

Notícias e comentários

Manifesto aos Trabalhadores da Aviação Civil, Aeroportos e Navegação Aérea

De há muito que os trabalhadores concluíram que a melhor forma de defender os seus interesses e concretizar as suas aspirações é através da UNIÃO, o que passa pela existência de Sindicatos fortes e poderosos, abertos a todos os trabalhadores do mesmo ramo de actividade.

Várias têm sido as vezes em que nos últimos anos (particularmente desde o 25 de Abril, já que antes não havia Liberdade Sindical), se tem discutido qual a melhor forma de organização sindical dos trabalhadores da Aviação Civil, Aeroportos e Navegação Aérea. Embora na prática e numa forma geral os trabalhadores tenham sabido resolver os problemas mais urgentes e importantes, a verdade é que melhorando e aperfeiçoando a sua organização, melhor são defendidos os seus interesses.

Passar da discussão à prática

Várias são as razões que aconselham a que finalmente se passe da discussão à prática.

Assim, na TAP, onde os

trabalhadores são representados por mais de duas dezenas de Sindicatos (dos quais cerca de metade representam menos de 30 trabalhadores), concluiu-se recentemente a

eficazmente resolvidos. No futuro, se para além disso, esse Sindicato representar exclusivamente trabalhadores do mesmo ramo de actividade, melhor será ainda a sua ca-

negociação dum Convenção Colectiva de Trabalho, que poderá ser tanto melhor, quanto mais forte for o Sindicato em que os trabalhadores estejam integrados. Neste sentido deve ser interpretada uma recente tomada de posição destes trabalhadores que em Plenários apoiaram a formação de um Sindicato para todo o sector.

Após várias reuniões e algum tempo de ponderação, dirigentes dos Sindicatos subscritores deste Manifesto, decidiram, após estudar as alternativas existentes, propor a criação de um Sindicato novo que represente os trabalhadores da Aviação Civil, Aeroportos e Navegação Aérea, sendo de destacar pelo número de trabalhadores a TAP, a SATA, a Aviação Estrangeira e a A.N.A.

Porque não pretendemos que este Sindicato seja apenas mais um, a sua formação só será uma realidade se a esmagadora maioria dos trabalhadores expressamente o quiser.

Porque também não pretendemos que este Sindicato seja fechado a quem quer que seja, serão contactados em pé de absoluta igualdade todos as Direcções de Sindicatos e



revisão das tabelas salariais e matéria de expressão pecuniária, após um processo de negociação em que, para uma única proposta da Empresa, apareceram 9 propostas de Sindicatos, enfraquecendo notoriamente a sua capacidade reivindicativa.

É importante referir que esses problemas não têm sido os trabalhadores da SATA e das C.^{as} de Aviação Estrangeira, que por estarem representadas por um único Sindicato, têm visto os seus problemas de contratação mais

pacidade de resposta. Interesse, aliás, referir ainda, que a SATA é abrangida desde há alguns meses atrás pelo mesmo Contrato da TAP. Por outro lado o cumprimento do CCT da RENA (Aviação Estrangeira) poderá ser mais eficazmente defendido se existir à partida apoio e solidariedade do sector, particularmente da TAP e da ANA.

A criação da ANA-E.P. que levou à passagem de trabalhadores da DGAC/GNAL para esta empresa, impõe a curto prazo a necessidade de

Pescadores do Faial (Açores) alcançam vitória

«Os pescadores artesanais do Faial (Açores) acabaram de obter uma grande vitória que consiste no reconhecimento do essencial das reivindicações apresentadas», pode ler-se num comunicado divulgado pelo Sindicato dos Pescadores do ex-distrito da Horta.

Com efeito os trabalhadores do mar do Faial viram-se compelidos a recorrer a uma greve que durou 15 dias e que envolveu

«prolongadas negociações, nas quais interveio o sr. secretário regional da Agricultura e Pescas», como forma de verem atendidas as suas justas reivindicações.

Segundo o comunicado os pescadores pretendiam que lhes «fosse reconhecido o simples direito de não estarem nas mãos de 2 ou 3 comerciantes». Assim que a Assembleia de Pescado-

res, reunida no dia 26 de Julho de 1979, tenha deliberado «por termo imediato as formas de luta adoptadas», uma vez que se alcançou uma plataforma de acordo, o que lhes permitiu «voltar à actividade imediatamente».

O acordo estabelecido com a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas e o Sindicato dos Pescadores do ex-Distrito da Horta, envolve o compromisso daquele organismo da Região

Autónoma dos Açores — ainda segundo o comunicado — em «resolver a curto prazo o problema do escoamento do pescado assim como a garantir preços» e, ao mesmo tempo, «a ouvir o Sindicato dos Pescadores sempre que houver problemas que envolvam a pesca e pescadores». Compete igualmente, à Secretaria Regional, «arranjar pequenas instalações que servirão para os pescadores

Seminário Sindical de Segurança Social

Conforme já foi referido no anterior número da nossa revista, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional vai realizar um Seminário Sindical de Segurança Social,

iniciativa do maior interesse para analisar as questões que se colocam nesta importante frente de trabalho.

Pensa o Movimento Sindical Unitário, com esta iniciativa, aberta à participação de

outras estruturas que representem trabalhadores do sector.

Contribuir para o reforço da unidade e da organização

A criação dum Sindicato novo levanta uma grande série de problemas, que só podem ser resolvidos pela participação maciça e interessada dos trabalhadores. Só através de amplas discussões nos locais de trabalho estes problemas se resolvem e nunca nas suas costas, nas combinações de Gabinetes ou pelo simples recurso aos abaixo-assinados.

A formação deste Sindicato terá de ser obra de todos os trabalhadores do sector, pois só assim será possível, definir correcta e objectivamente quais os seus estatutos, qual o seu programa de acção e

quais os objectivos a atingir. Participando activamente na constituição do seu Sindicato, os trabalhadores contribuem ao mesmo tempo para o reforço da sua unidade e organização dentro das empresas, lançando as bases em que deve assentar a sua organização sindical. Como Sindicato de ramo de actividade, ele deverá unir os trabalhadores na luta contra o inimigo comum e reforçar a luta pela defesa dos seus interesses e direitos e pela satisfação das suas reivindicações.

Para levar a cabo tão importante, quanto necessária tarefa, as 14 organizações sindicais subscritoras deste Manifesto, decidiram formar uma Comissão Nacional Dinamizadora com base em dirigentes sindicais do sector.

Brevemente será divulgado um primeiro comunicado, onde será exposto o programa de acção imediato.



todas as associações sindicais, contribuir para ajudar à definição da política nacional de segurança social, que melhor sirva os interesses dos portugueses.

Servir o interesse da população portuguesa, no campo da segurança social e conhecer a actual situação econó-

mica da Previdência, apreciar o trabalho desenvolvido nas instituições existentes e saber, pela voz dos trabalhadores, das injustiças e desajustamento existentes.

Isto possibilitará propor formas de solução a concretizar dentro das possibilidades existentes.

APTA organiza 1.º Festival Nacional de Teatro

Desde o 1.º Festival Sindical de Teatro de Amadores, em 1978, que a CGTP-IP e a Associação Portuguesa de Teatro de Amadores (APTA) têm vindo a colaborar numa causa comum: a promoção e defesa do teatro de amadores.

Na altura ficou facilmente estabelecido que as duas entidades organizariam, em anos alternados, festivais nacionais. Assim, este é o ano do 1.º Festival Nacional de Teatro de Amadores, de que a APTA nos faz chegar algumas informações.

Realizando-se até final do ano, com apoio de numerosas entidades públicas e privadas, vuntá já com a inscrição de 115 grupos, que apresentarão 132 espetáculos para adultos e 47 para crianças. Numa primeira fase, de nível regional e de carácter regional, serão apurados os grupos a estar presentes na segunda fase, a realizar entre 15 de Novembro e 15 de Dezembro, em Castelo Branco.

O apuramento na primeira fase atenderá à mensagem que o espectáculo contém, à sua qualidade técnica, à integração nos problemas da região e, bem assim, às condições de trabalho do grupo.

Afirmar ainda a APTA que o Festival não pretende ter características competitivas.

venderem o seu peixe nas freixias e na zona da Iota».

Por seu turno, a Câmara Municipal da Horta completa, segundo o texto do acordo, autorizar a venda do peixe no Mercado Municipal, na zona da Iota, nos restantes portos de pesca da ilha e nas localidades onde tal se justifique (caso da freguesia dos Flamengos e outros).

O comunicado salienta, a concluir, a compreensão e simpatia demonstradas pela maioria da população da ilha pela luta encetada pelos pescadores, e regista a satisfação dos trabalhadores do mar «pelas inúmeras mensagens de solidariedade recebidas de organizações de trabalhadores de todo o nosso Portugal».



Conflitos laborais

Na sequência da passagem do Programa do Governo chefiado por Maria de Lurdes Pintasilgo, o Secretariado Nacional da CGTP-IN emitiu um comunicado no qual se concluiu ser chegada a «altura de tomar medidas imediatas e firmes para anulação ou correção das decisões antidemocráticas, arbitrarias e ilegais do Governo Mota Pinto».

A central sindical salientava no comunicado, como campo da rectificação das decisões, designadamente a «Reforma Agrária, a Comunicação Social, desintervenções do Estado em empresas, empresas nacionalizadas, contratação colectiva e saneamentos por discriminação política».

Estão abrangidos nestes casos os conflitos em que, desde há algum tempo, se vêem envolvidos os trabalhadores das empresas Corame e Saprel (do sector metalúrgico) e da Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto S.A.R.L.

CORAME E SAPREL

Trabalhadores defendem a não devolução da empresa ao patrão

A Corame — Construtora Metálica Ld.ª mercê do esforço e da capacidade de gestão demonstrada pelos trabalhadores, tornou-se numa das mais bem equipadas empresas do país no ramo da metalomecânica, ao ponto de em 1978 lhe ter sido atribuído o

45 mil contos dos quais quarenta e quatro mil e quatrocentos contos pertencem à Saprel, que emprega somente cinco empregados e que servia como fachada de cobertura às actividades ilegais de venda de armamento do patrão Nogueira e dos seus só-

gures no estrangeiro, com muitas contas a prestar à Justiça.

De resto, impede contra o sr. Nogueira um mandato de captura, resultado de inúmeras vigiarções por ele praticadas, em que se encontram envolvidas empresas francesas



conta pessoal do patrão da Corame, por comissões que eram devidas à Saprel.

De resto o palmarés do sr. Nogueira engloba, para além de uma condecoração que lhe foi imposta pelo presidente francês por «ter sido o estrangeiro que mais divisas fez entrar naquele país», o tráfico de armas, bombas e munições a regimes fascistas.

E foi precisamente a um indivíduo da estirpe do sr. Nogueira que o ex-governo MP/PPD decidiu e decretou devolver a Corame e a Saprel...

A actual situação destas empresas é difícil, quer em termos financeiros, quer sob o ponto de vista económico. Isso deve-se ao boicote sistemático a que os trabalhadores se viram votados pelo ex-governo Mota Pinto/PPD que sempre se recusou a, sequer, considerar os diversos projectos de desintervenção apresentados pelos trabalhadores. Estes projectos iriam garantir os trezentos postos de trabalho e, bem assim, salvaguardar os interesses nacionais.

O processo de revisão da devolução arbitrária é impetuoso porque, como afirmam os representantes dos trabalhadores daquela empresa, «diversas empresas que adjudicaram encomendas à Corame estão a ser gravemente afectadas». Encontram-se nesta situação a Refinaria de Sines, Refinaria da Petrol no Porto, Covina, Fima e Siderurgia Nacional.

É que a Corame, para além



Troféu Internacional da Qualidade.

Intervencionada pelo Estado em 1975, a Corame emprega trezentos trabalhadores e detém um capital social de

ciós.

O sr. Carlos Santos Nogueira, a quem o sr. Mota Pinto ao tempo do seu (des)governo quis devolver esta empresa encontra-se al-

como a Office General de l'Air (OGA) a Reims Aviation, a Marcel Dassault e a empresa espanhola Construciones Aeronauticas SA que, ilegalmente, fizeram depósitos na

de contribuir para o Produto Interno Bruto, é uma empresa metalomecânica que produz portões rolantes, reservatórios e depósitos para combustíveis e fornos para refinação que exigem um elevado grau de especialização.

Assim que, esgotadas todas as outras tentativas de diálogo (impossível) com o Executivo do sr. Moa Pinto/PPD, os trabalhadores destas empresas se tenham visto compelidos a recorrer à greve.

Assim se mantém desde o dia 1 de Agosto, firmes e determinados, já que a sua luta é justa, reivindicando a imediata suspensão da decisão que determina a devolução da empresa a um patrão sabotador e vigarista, para salvaguarda dos seus postos de trabalho e da própria economia nacional.

No momento em que escrevemos este texto, os trabalhadores desenvolveram já diversas iniciativas com vista ao estabelecimento do diálogo com o actual Executivo. Foram solicitadas audiências à senhora Primeiro-Ministro, ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Indústria e Tecnologia, entre outros.

Mas, se agora o diálogo é possível, não menos importante é a passagem aos actos. Como tal, os trabalhadores avançaram, desde logo, uma proposta: «a formação de um grupo de trabalho, constituído pelo Governo, banca e trabalhadores, com vista a apontar a solução para a desinvestição».

Actualmente a Corame está praticamente sem carteira de encomendas. «Qualquer que seja a saída encontrada para esta situação — afirmam os representantes dos trabalhadores — uma coisa é certa: não é possível laborar sem dinheiro, sem investimento».

«Pela parte do patrão — prosseguem — Sabemos que não está na disposição de meter cá um tostão. Antes pelo contrário, sabemos que há uma empresa interessada em comprar as instalações para armazém de aços, o que estará a ser negociado pelos filhos do patrão».

E, a concluir, os representantes dos trabalhadores lançam um alerta:

«O problema, pela questão de fundo que envolve, é nacional. Há que rectificar a decisão».

“NA JACINTO”

Trabalhadores em luta contra processos disciplinares

Os 900 trabalhadores das três fábricas (Ribeira, Piedade e St.ª Cruz do Bispo) que integram a empresa de Fiação e Tecidos do Jacinto SARL, ainda em rescaldo da actualização do governo do sr. Moa Pinto, viram-se compelidos a recorrer à greve como forma de resolver o conflito que os opunha à administração da empresa.

Durante cerca de 3 semanas, por períodos de tempo variável, os trabalhadores viram os seus locais de trabalho ocupados por contingentes da GNR e da PSP que viviam desmobilizá-los de um direito constitucionalmente consagrado (a greve). Esta forma de luta, adoptada depois de esgotadas todas as tentativas de diálogo com a administração e com o governo MP/PPD, visava impedir a entrada na empresa da polícia privada do patrão (Fidelis) e, bem assim, a tomada de posse em lugares de chefia de dois homens da confiança da entidade patronal: o sr. Freitas, como director de pes-

soal e o eng.º Costa Reis como director técnico.

Numa segunda fase a luta desenvolveu-se pelos trabalhadores da «Jacinto» tinha em vista a reintegração de 38 trabalhadores, suspensos e com processo disciplinar. Esta atitude da entidade patronal surgiu como forma de retaliar pelas posições assumidas pelos trabalhadores que se insurgiam contra a presença de elementos estranhos à empresa ou que mereciam a desconfiança dos próprios trabalhadores.

Neste conjunto de trabalhadores, da Comissão Sindical e ainda um dirigente do Sindicato dos Têxteis do Porto.

Numa reunião mantida pelos representantes dos trabalhadores e da Administração no Ministério do Trabalho em 2 de Agosto ficou acordado que a administração promoveria a saída da fábrica da polícia privada o que, efectivamente, cumpriu. No entanto, aproveitando-se das férias anuais, o patrão des-

pediu 15 trabalhadores que tinham contrato a prazo.

Não satisfeitos com mais esta arbitrariedade os patrões da «Jacinto» levantaram mais 32 processos disciplinares a outros tantos trabalhadores, por participação na greve, como se esse não fosse um direito inalienável de qualquer cidadão trabalhador, consagrado na Constituição da República.

De imediato, os trabalhadores unidos e através da sua Comissão representativa, exigiram que fossem renovados os contratos aos camaradas suspensos e, consequentemente, que estes fossem readmitidos.

Neste momento, a luta na «Jacinto» prossegue, bem como os contactos com o Ministério do Trabalho, visando, por um lado, que sejam arquivados, sem qualquer procedimento, os processos disciplinares ainda pendentes sobre 70 trabalhadores e, bem assim, que os dois homens da confiança da entidade patronal não entrem na empresa.



6, 7, 8 E 9 DE MARÇO DE 1980

3.º Congresso da CGTP-IN

O Secretariado Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, na sua reunião de 7 de Setembro, deliberou, de acordo com os Estatutos, marcar a realização do 3.º Congresso da CGTP-IN para os dias 6, 7, 8 e 9 de Março de 1980, dando deste modo cumprimento aos seus poderes estatutários definidos no art.º 22.º.

Decorrente desta deliberação do Secretariado Nacional da CGTP-IN, realizou-se o Conselho Geral da Confederação no passado dia 14 de Setembro, na sua sede, em Lisboa, que, devido às suas atribuições consultivas se pronunciou sobre a composição da

Comissão Organizadora do Congresso e do Regulamento do mesmo. No decurso do Conselho Geral procedeu-se também à análise da situação político-sindical.



O Regulamento do Congresso e a composição definitiva da Comissão Organizadora serão aprovadas em Plenário de Sindicatos a realizar em 13 de Outubro de 1979.

Os Estatutos da CGTP-IN - aprovados no Congresso de Todos os Sindicatos, realizado em Janeiro de 1977 - nomeadamente os seus artigos 23.º, n.º 1 e 24.º, n.º 1, indicam que «o Congresso reúne-se, obrigatoriamente de 3 em 3 anos» e que «a convocação do Congresso incumbe ao Secretariado Nacional e deverá ser feita por carta registada com aviso de recepção a todos os sindicatos filiados, União e Federações, e por anúncios publicados em dois jor-





nais nacionais mais li-
dos, com a antecedência
mínima de 120 dias».

Por seu turno, o art.º
22.º dos Estatutos da
Confederação, acima ci-
tado, define, como com-
petência exclusiva do
Congresso, «definir a
linha de orientação da
actividade sindical;
aprovar os Estatutos da
CGTP-IN, bem como in-
troduzir-lhes quaisquer
alterações; eleger e des-
tituir o Secretariado Na-
cional; apreciar a atua-
ção de qualquer dos ór-
gãos da CGTP-IN».



CONGRESSO DOS SINDICATOS



Congressos sectoriais

Proseguem as iniciativas sectoriais que levarão à realização de mais três Congressos de outros tantos sectores socioprofissionais e que visam debater e analisar amplamente, junto dos trabalhadores que os compõem os problemas que de um modo geral afectam as classes laboriosas do nosso País e, bem assim, aporfundar os estudos dos respectivos sectores económicos.

No número anterior de «Alavanca» noticiávamos a realização dos Congressos dos Trabalhadores das Comunicações, da Federação dos Sindicatos da Cerâmica, Cimento e Vidros e ainda dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos. E ainda desses mesmos sectores e do ponto em que se encontram os trabalhos preparatórios dos respectivos Congressos, que vos daremos notícias nestas páginas.

1.º Congresso Nacional da Federação dos Sindicatos de Cerâmica, Cimento e Vidro



O 1.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro, realiza-se nos dias 10 e 11 de Novembro do corrente ano, na Sociedade Euterpe Alhandrense.

A Federação é constituída por oito sindicatos federados. No entanto, a direcção do Sindicato de Cerâmica de Aveiro deliberou, nas costas dos trabalhadores, não participar no Congresso nem quis fornecer qualquer dado dos muitos que lhes foram pedidos. Este sindicato alterou agora os seus estatutos pelo

processo antiestatutário do «referendo» e aderiu à «UGT».

Foram elaborados 15 mil exemplares das teses que começaram a ser distribuídos pelos sindicatos federados em 11 de Setembro.

Foram feitos 7 mil cartazes e 15 000 autocollantes que também já começaram a ser distribuídos em 12 de Setembro.

Mandaram-se fazer 3000 emblemas e três valiosas peças para serem rifadas na quinta-feira anterior ao início do Congresso e que são uma

peça em vidro, uma em cerâmica e outra em fibrocimento.

Fizeram-se 15 000 desdobráveis do manifesto que já foram distribuídos pelos trabalhadores.

Segundo o regulamento os delegados ao Congresso serão eleitos da forma que os sindicatos julgarem mais democrática e na proporção de um delegado por cada 150 trabalhadores.

Os sindicatos já elaboraram calendários de plenários com os trabalhadores para discussão das teses, discussão esta que já foi iniciada.



Tal como já foi anunciado a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários vai levar a efeito o seu I Congresso. A filiação já verificada de vários sindicatos, que anteriormente não participavam nos trabalhos da Federação, como é o caso dos sindicatos conhecidos como de Garagens, bem como do Sindicato dos Transportes Colectivos de Lisboa, Sindicato esse que representa, como é sabido, os

1.º Congresso dos Sindicatos dos Trabalhadores das Comunicações e Telecomunicações



trabalhadores do Metropolitan, levou a que o Plenário da Federação considerasse este seu I Congresso dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos um marco importante para a unidade de todo o sector de transportes, independentemente do tipo de empresa.

O Congresso, órgão máximo da Federação, terá como missão especial a aprovação do novo programa de

ação bem como a eleição do seu futuro Secretariado.

Para além disso, e no campo da organização sindical é impossível o contributo tal realização poderá dar para a resolução dos vários problemas do sector como é o caso da existência, na actualidade, de 28 Sindicatos 4 dos quais nas ilhas, com todas as consequências negativas que daí advêm, nomeadamente a descoordenação na acção, a distribuição dos trabalhadores por pequenos Sindicatos, com fraco poder reivindicativo e económico.

A própria estrutura interna da Federação poderá ser melhorada com as decisões saídas deste Congresso. Ele criará condições para o desenvolvimento de novas frentes de trabalho, quer na formação de novos quadros, quer no apoio à solução dos problemas sociais. No sector da contratação, sobrecarregado com a nossa intervenção

1.º Congresso dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos

e participação em mais de 100 convenções colectivas de trabalho, há também que criar e definir novos métodos, bem como aperfeiçoar os já existentes, para que possamos dar uma melhor resposta às questões que se nos colocam.

O contributo que este Congresso vem dar na definição da verticalização, beneficiará com certeza toda a actividade, quer pela libertação de várias tarefas, criando disponibilidade para o desenvolvimento de outras, quer ainda pela grande redução de custos de exercício.

Paralelamente a estas questões o Congresso possibilitará fazer o levantamento das potencialidades e possibilidades do sector em que estamos inseridos, se bem que, neste capítulo, as dificuldades criadas, até ao momento, com a resposta aos inquéritos virados para as empresas estejam a ser muitas, dado o total boicote por parte do patronato na recolha e fornecimento de da-

dos, tendo mesmo chegado ao nosso conhecimento que inclusive Associações Patronais há, que enviaram circulares aos seus associados no sentido de que as empresas não permitissem qualquer tipo de informação económica ou estatística.

O I Congresso dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, será no entanto levado à prática e a sua realização será por certo um êxito, pois demonstrará que na unidade e organização dos trabalhadores de transportes saberão lutar pela melhoria das condições de vida e por transportes ao serviço do povo.

Dada a marcação das Eleições Intercalares coincidirem com a data inicialmente prevista para o Congresso, que terá lugar nas instalações do Metropolitan em Sete-Rios, a C.NOC, anunciará oportunamente a data da sua realização.

O 1.º Congresso dos Sindicatos dos Trabalhadores das Comunicações e Telecomunicações, a realizar no dia 27 do mês de Outubro, além de constituir mais uma afirmação vigorosa da unidade dos trabalhadores do sector, tem em vista dar resposta às múltiplas tarefas que se vêm colocando ao Movimento Sindical Unitário, ao seu constante prestígio e crescimento, à evolução das condições político-sociais, à diversificação das táticas desenvolvidas pelas forças divisionistas, e à necessidade de se encontrarem as soluções que, assentes na prática e ensinamentos colhidos, melhor se adaptem no sector em que estamos inseridos.

A realização do Congresso é da iniciativa dos Sindicatos do sector (SNTCT, Telefonistas de Lisboa, Telefonistas do Porto, SINTEL e SIT), após vários encontros entre direcções, culminando com um plenário das mesmas onde foi eleita uma comissão organi-

zadora e mandatada para promover o 1.º Congresso até 27 de Outubro de 1979, Congresso este que terá como finalidade a formação jurídica da Federação e eleição da sua Comissão Instaladora como manda o regulamento aprovado no mesmo plenário de direcções.

Pensamos nós, direcções sindicais, que a formação da Federação no sector corresponde à aplicação prática da orientação traçada pelo Congresso de Todos os Sindicatos, realizado em 1977, que se enquadra nas perspectivas definidas no programa de acção da Central Sindical Única dos Trabalhadores Portugueses e, bem assim, nas conclusões aprovadas na primeira conferência nacional de organização sindical, realizada em Fevereiro do corrente ano.

O regulamento do Congresso garante a participação activa e militante dos trabalhadores na discussão directa,

ampla e democrática do projecto de estatutos.

O projecto de estatuto da Federação, que estabelece os princípios orientadores do movimento sindical unitário, fixa como principais objectivos:

— A luta pela unidade orgânica do movimento sindical;

— O reconhecimento e a defesa da unidade como condição necessária para a luta, pelo fim da exploração do homem pelo homem;

— O combate ao princípio corporativo fascista que nega a luta de classes;

— A abolição do sistema capitalista e da dominação imperialista como única forma de resolução dos problemas dos trabalhadores.

Neste momento encontra-se a discussão junto dos trabalhadores nos locais de trabalho o projecto de estatutos apresentado pela Comissão Organizadora, e todos os sindicatos têm acções marcadas para eleição dos seus delega-

dos ao Congresso.

Através da unidade os trabalhadores compreenderão que é este o caminho certo e seguro para defesa dos interesses dos trabalhadores, do regime democrático e das conquistas de Abril.





A CGTP-IN e as próximas eleições para a Assembleia da República

Em comunicado público emitido no mês de Julho, após ter analisado a situação política decorrente da decisão do PR de convocar eleições intercalares e indigitar a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo de Primeiro-Ministro do Governo de gestão, a CGTP-IN considera que se revestem de grande importância para os trabalhadores, não só o resultado dessas eleições mas também toda a acção política que decorra durante o período pré-eleitoral.

Independentemente de uma mais aprofundada análise do posicionamento das várias forças políticas, feita a partir da leitura dos seus programas eleito-

rais, continua a CGTP-IN, é irrefutável que as próximas eleições terão consequências profundas nos interesses dos trabalhadores e reflexos imediatos no encontrar de soluções para os problemas que mais os afectam. Problemas que foram extraordinariamente agravados pela actualção demagógica, irresponsável, inconstitucional e antinacional do ex-governo Mota Pinto cuja acção política foi informada por um profundo ódio de classe aos trabalhadores e pela exclusiva e desausinada protecção e privilégio dos interesses do grande capital, dos agrários e do imperialismo.

Ação, aliás, que foi

sempre, naturalmente, conduzida e apoiada pelos partidos e forças da direita e da reacção, o que permitiu tornar mais claro, aos olhos dos trabalhadores e da população, a falência das soluções por elas propostas.

Os trabalhadores não poderão ficar indiferentes

Os trabalhadores não poderão ficar indiferentes ao próximo acto eleitoral porquanto estarão inevitavelmente em jogo os seus interesses imediatos: salários, custo de vida, emprego,

segurança social, saúde, etc.; os seus direitos, liberdades e garantias (greve, contratação colectiva, liberdade sindical, etc.); como ainda a perspectiva de consolidação das grandes transformações revolucionárias, produzidas pelo 25 de Abril: Reforma Agrária; nacionalizações, controlo operário; e a consagração do regime democrático consagrado na Constituição.

A CGTP-IN, em tempo oportuno e através dos seus corpos representativos, apreciará o evoluir da situação e decidirá pela exclusiva óptica dos interesses dos trabalhadores, o papel que lhe cabe no sentido de os esclarecer e dinamizar

para uma grande e consciente participação no acto eleitoral na luta contra as forças políticas e sociais do patronato reaccionário e re-vanchista. Fã-lo-á no respeito pelo princípio da sua independência face às organizações partidárias e todas as outras não sindicais a qual não se confunde, antes combate a teoria fascista da neutralidade política (apoliticismo) das organizações sindicais que visa afastar os trabalhadores e as suas organizações de classe das questões políticas, deixando, em exclusivo, ao patronato reaccionário e seus agentes políticos esse campo de luta.

Intervenção activa dos trabalhadores nas eleições — derrotar o bloco de direita

Como consequência, as organizações sindicais dos distritos do Porto, Braga, Aveiro, Vila Real, Bragança e Viana do Castelo, 6 munhões distritais, 60 sindicatos, 3 secções, 2 delegações, no total de 70 organizações, reunidas no Porto no dia 26.7.79, em resultado da análise da situação social e política decidem aprovar uma resolução em que a certa altura se refere: os trabalhadores e o Movimento Sindical têm interesses e objectivos de classe, definidos no Caderno Reivindicativo e no Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos. Será à luz desses interesses e do princípio da sua independência face às organizações partidárias, que o Movimento Sindical tem de analisar e actuar consi-

derando as duas opções fun damentais, que se prevê, venham a ser postas ao povo português nas próximas eleições;

— Dum lado as forças democráticas que, numa perspectiva geral, reconhecem a necessidade de salvaguardar os direitos e garantias dos trabalhadores, de defender as liberdades democráticas, de consolidar as suas conquistas revolucionárias, de respeitar a Constituição e de viabilizar o seu projecto político e social.

— Do lado contrário está a aliança patronal da CIP, CAP, CCP, concretizada no bloco reaccionário-monárquico do PPD, CDS e PPM que tem como objectivo

reduzir ou anular os direitos dos trabalhadores, aumentar a sua exploração, acabar com as conquistas do 25 de Abril, desrespeitar a Constituição e inviabilizar o regime democrático».

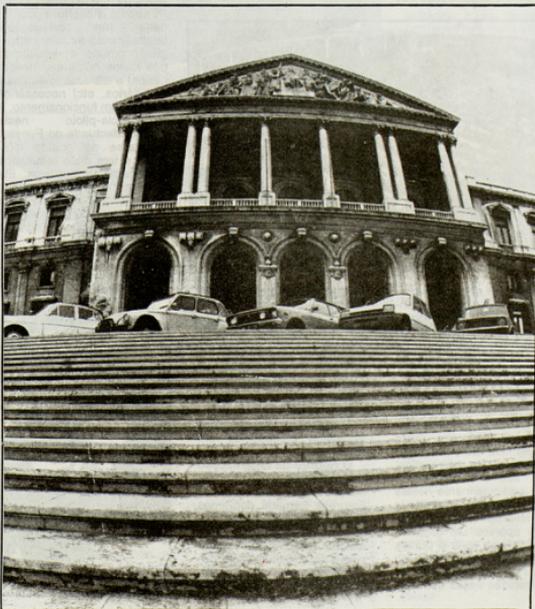
E ainda: «O Movimento Sindical, na esfera específica da sua actuação, deverá ter intervenção activa no período que decorre até às eleições, com vista a esclarecer e dinamizar os trabalhadores em dois objectivos fundamentais:

— Promover uma grande participação dos trabalhadores nas eleições.

— Derrotar a aliança patronal da CIP, CAP, CCP concretizada no

bloco reaccionário e monárquico do PPD/ CDS/ PPM.»

Por sua vez os sindicatos do distrito de Lisboa reunidos em plenário no dia 12 de Setembro aprovaram uma Resolução na qual se afirma que «aos trabalhadores e às suas organizações de classe não é indiferente a natureza do poder» e ainda: «os trabalhadores devem utilizar mais esta arma, que é o voto, para derrotar os partidos responsáveis pelo agravamento das suas condições de vida e de trabalho, os partidos do grande patronato, representantes do grande capital nacional e internacional, e agora coligados na aliança reaccionária».



A organização sindical avança em todas as frentes

A reestruturação do Movimento Sindical Unitário, com vista à melhoria do funcionamento e à dinamização das estruturas na perspectiva de as adaptar permanentemente aos interesses dos trabalhadores e à defesa dos seus direitos, incentivando a participação criadora das massas, tem vindo a ser apontada aos sindicatos e tem vindo a ser levada à prática. Trata-se de um trabalho iniciado com o 25 de Abril que, derrubada a ditadura fascista, veio criar condições para a organização dos

respondem à aplicação dos princípios aprovados no Congresso de Todos os Sindicatos. Nesta perspectiva se inseriu a intensificação do trabalho de organização desenvolvido nestes meses.

Enquanto os divisionistas continuam a inventar sindicatos paralelos que visam a pulverização do movimento sindical e a divisão dos trabalhadores, o Movimento Sindical Unitário tem vindo a dar passos seguros no sentido de reforçar os sindicatos, aperfeiçoando os mecanismos de

ser levada à prática principalmente nas grandes empresas das cinturas industriais de Lisboa e Setúbal. Ela implica um melhor trabalho das direcções junto dos delegados sindicais, a organização destes em secretariados de zona e a institucionalização da Assembleia de delegados;

A abertura de delegações do sindicato nas zonas de maior concentração de trabalhadores, alargando assim a acção e influência do sindicato até aos locais mais afastados da sua sede. A CGTPIII aponta a abertura coordenada das delegações, centralizando-as em instalações comuns e dotando-as dos meios humanos (funcionários) e técnicos (máquinas, mobiliários, etc) necessários ao seu bom funcionamento. A experiência-piloto neste campo efectuada no Funchal mostra-se de grande interesse e tem dado resultados extremamente positivos. Ela está a ser adoptada na Horta e S. Miguel (Açores) e vai ser estendida a Vila Real de St.º António, Portimão e Angra do Heroísmo.

A reestruturação dos sectores através da fusão e inte-



trabalhadores nos seus sindicatos de classe, fortalecendo-os e activando a coordenação das acções através dos organismos intermédios — uniões e federações — e da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical.

A 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical, realizada em Fevereiro deste ano, permitiu fazer o levantamento do movimento sindical e da sua evolução desde 1970, particularmente nestes últimos quatro anos. Ao fazer esse levantamento, a Conferência apontou um conjunto de medidas a levar à prática para um avanço maior no campo da organização sindical, medidas essas que cor-

responde à intervenção directa nas empresas e nas zonas, reestruturando os sectores através das fusões e integrações de sindicatos, avançando com o trabalho de verticalização.

Descentralização em duas frentes

A descentralização dos sindicatos processa-se em duas frentes:

O reforço de organização de empresa, através da constituição da Secção Sindical de Empresa formada por todos os trabalhadores sindicalizados de uma dada empresa, da eleição dos delegados sindicais e da constituição da Comissão Intersindical dos delegados. Esta tarefa tem vindo a



gração de sindicatos, tem sido uma tarefa agarrada com dinamismo. Desde a Conferência Nacional de Organização Sindical extinguiram-se os seguintes sindicatos: Madeiras de Lisboa, que se integrou na Construção Civil de Lisboa; Ourivesaria do Sul, que se integrou nos sindicatos metalúrgicos e do comércio; Alfaiataria de Viseu, que se integrou nos Lanifícios da Guarda; Madeiras do Aveiro, que se integrou nas Madeiras do Porto; Calçado do Funchal, que se integrou no Calçado de Lisboa; Barbeiros do Funchal, que se integrou no Calçado de Lisboa; Barbeiros do Funchal, que se integrou nos Barbeiros de Lisboa. Está em curso a fusão dos sindicatos da celulose, papel, gráficos e cartanagem, passando a constituir três grandes sindicatos. Também no sector alimentar, à semelhança do que aconteceu no Sul, está em marcha a extinção dos sindicatos da panificação e moagens, constituindo-se o Sindicato dos Hidratos de Carbono do Norte. Está ainda em curso a fusão





Angra do Heroísmo foram já constituídas, bem como a união local de Agueda.

O divisionismo perde terreno

Este apontamento sobre a acção desenvolvida após a CMOs vem confirmar a importância do trabalho de organização entendido como tarefa constante, dinâmica e dinamizadora, obrigatória e exaltante. Muito há que fazer. Os passos já dados têm-se traduzido no reforço do Movimento Sindical Unitário, no alargamento do seu prestígio, na sua profunda implantação junto dos trabalhadores. Os resultados eleitorais deste ano são mais uma confirmação do alargamento da influência da CGTP-IN e de todas as estruturas do Movimento Sindical Unitário: nos cerca de 100 processos eleitorais aumentou a participação dos trabalhadores e o número de votos nas listas unitárias. Em todos os casos de sindicatos com direcções anteriores unitárias ganharam as listas unitárias e os divisionistas perderam terreno no âmbito da Psicologia e Engenheiros Técnicos do Norte, à frente dos quais estavam direcções reformistas identificadas com os divisionistas da UGT.

Saudando os activistas dos

dos cinco sindicatos corticeiros do Sul no Sindicato dos Corticeiros da zona Sul.

Verticalizar — tarefa urgente

Um pouco por toda a parte, em vários sectores e diversas regiões, o trabalho de verticalização está a ser levado à prática, sendo de destacar, a nível nacional, os sectores químico, metalúrgico e das indústrias eléctricas.

As federações têm um papel de primordial importância e de grande responsabilidade na concretização das conclusões da Conferência, coordenando a nível nacional a actividade dos sindicatos do sector.

O trabalho de reestruturação das federações tem prosseguido a bom ritmo. Destacam-se, neste particular, os encontros da Celulose e do Comércio, o congresso dos Químicos e a constituição da comissão pro-federação da indústria alimentar.

As federações da Cerâmica e Rodoviários têm já convocao



dos congressos, respectivamente para 10 de Novembro e finais de Dezembro deste ano.

Sectores em que as federações não existem, como o das comunicações e telecomunicações e o dos espectáculos, têm vindo a desenvolver trabalho para a sua constituição. O sector das comunicações/telecomunicações convocou já o congresso que constituirá a Federação para 27 de Outubro.

São de destacar ainda, no sector da pesca, a realização dos Encontros do Norte do do Sul e Ilhas, que analisaram

profundamente o sector em termos organizativos e económicos e apontaram a constituição da Federação respectiva.

Também nas uniões tem sido intensificado o trabalho de reestruturação interna, visando a dinamização dos secretariados e a procura de quadros que possam dedicar-se a tempo inteiro ao trabalho de coordenação regional dos sindicatos. Foi o caso de Faro, é o caso de Castelo Branco, Guarda e Évora, de Montemor e de Torres Vedras. As uniões de Bragança e

sindicatos, federações e uniões, a quem se deve o alto qualitativo verificado após a Conferência de Organização, o Secretariado Nacional da CGTP-IN apela ao prosseguimento das tarefas de organização, sem desfalcimentos mas também evitando as acções precipitadas e repentistas, inserindo este trabalho na preparação do 3.º Congresso da CGTP-IN, que uma vez mais se traduzirá na vitória da unidade e no reforço da organização dos trabalhadores e suas associações de classe.



O desemprego constitui, hoje, um dos principais problemas com que os trabalhadores portugueses se debatem.

Barómetro da situação económica do país, a taxa de desemprego é indissociável do rumo imprimido à acção governamental. Não é por isso de estranhar que ela venha crescendo progressivamente desde 1975 e que não haja ainda garantias de que, no futuro próximo, venha a baixar.

Os trabalhadores e o Movimento Sindical têm, porém, uma palavra decisiva a dizer. Está em grande parte nas suas próprias mãos criar condições que levem a que a política económica seguida pelo Governo seja alterada e rectificada no sentido de os seus direitos (entre eles, o mais sagrado: o direito ao trabalho) e os seus interesses sejam respeitados e defendidos.

A CGTP-Intersindical Nacional promoveu, entre 15 e 22 de Setembro último, uma Semana de Luta contra o Desemprego.

Trata-se de uma iniciativa que, conforme o demonstrou a grande mobilização conseguida, representa um marco importante na luta dos trabalhadores portugueses contra esta «doença» da nossa sociedade.

Durante esta Semana de Luta, a CGTP-IN, de colaboração com um elevado número de outras organizações sindicais entre Uníões, Federações e Sindicatos, organizou a realização de colóquios (designadamente no Porto, Alhandra, Sacavém, Amadora e Funchal), plenários distritais de dirigentes e delegados sindicais, plenários em grandes empresas.

A par disto, foi feito um intenso esforço de informação, esclarecimento e mobilização, que passou, nomeadamente, pela distribuição de grande número de «manifestos» à população e pela afixação de cartazes em todas as regiões do País, incluindo as regiões autónomas.

O Encontro Nacional de dirigentes sindicais, realizado no dia 22, culminou a Semana de Luta, durante a qual, nos seus locais de trabalho, milhares e milhares de trabalhadores discutiram a actual situação no que respeita ao de-

semprego e aprovaram grande número de moções, exigindo a aplicação de uma nova política, que corrija e rectifique os erros cometidos nos últimos anos.

Corrigir o rumo da economia

A Semana de Luta contra o Desemprego que decorreu de 15 a 22 de Setembro, é uma importante realização da CGTP-IN destinada a debater e denunciar a gravidade que o desemprego actual assume no nosso país e a apontar as linhas de orientação do Movimento Sindical para a definição de uma nova política económica, que garanta o direito ao trabalho e a segurança no emprego.

O desemprego assume hoje no nosso país níveis alarmantes, afectando nomeadamente os jovens que consti-



Seman

CONTRA O D

tuem mais de metade dos desempregados actuais e as mulheres, cuja taxa de desemprego é mais do dobro da taxa dos homens.

As confusões sobre os números de desempregados que aparecem nas diversas fontes oficiais não podem escamotear a realidade que é o brutal agravamento do desemprego a que temos assistido nos últimos anos.

O Movimento Sindical, na defesa dos interesses dos trabalhadores, tem considerado que «a resolução do problema do desemprego deveria constituir o eixo fundamental da política económica», como aponta o Programa de Acção da CGTP-IN aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos.

Nesse sentido, a justa exigência dum nova política económica que ponha cobro às actuais medidas impostas pelo FMI tem constituído um

Mar... a de luta contra o desemprego

D D ESEMPREGO PELO DIREITO AO TRABALHO

dos aspectos centrais da política reivindicativa dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical.

Criar e defender os postos de trabalho

A aplicação das medidas do FMI pelos últimos governos é a grande responsável pelo agravamento do desemprego, a redução do poder de compra dos salários, as altas de preços, a redução do mercado interno e a diminuição do crescimento da produção nacional, o desaproveitamento dos recursos naturais, a não utilização da capacidade produtiva instalada, a redução dos investimentos nomeadamente do sector público, e a contínua degradação da estrutura produtiva nacional, hipotecando todas as possibilidades do de-

envolvimento económico futuro.

Alterar aquela política de recessão e atraso económico, criar condições para a aplicação do projecto constitucional que aponta para o crescimento económico e do bem-estar das classes menos favorecidas é, hoje, um dos principais objectivos da luta dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical e a única forma de invertermos a marcha para o abismo em que a economia portuguesa está mergulhada e de que os trabalhadores seriam os primeiros sacrificados.

Entretanto são também de combater firmemente as tentativas de liberalização completa dos despedimentos e da aplicação sem limites dos contratos a prazo. Com o pretexto de criar condições que as multinacionais e o grande capital exigem, visa-se «resolver» os problemas de em-

prego com formas que nem o fascismo conseguiu impor.

Ao contrário do que dizem os que pretendiam alterar as leis favoráveis aos trabalhadores publicados em 1974 e 1975, a liberalização dos despedimentos e a aplicação sem limites dos contratos a prazo vieram agravar o desemprego e não minorar o seu nível.

Participação dos trabalhadores

Está provado pelo que aconteceu no período mais rico e mais criador do processo revolucionário português que é possível, ao mesmo tempo, melhorar o nível de vida dos trabalhadores e assegurar a segurança no emprego.

A Reforma Agrária, além de ser uma profunda modificação

da situação de exploração desenfreada dos trabalhadores alienígenas, além de contribuir para os acréscimos de produção agrícola e pecuária, para a atenuação da dependência externa, demonstrou também as possibilidades de aumentar os postos de trabalho aproveitando melhor as terras antes abandonadas e degradadas.

As nacionalizações e intervenções do Estado que em muitos casos vieram impedir a concretização de projectos de despedimentos colectivos, criaram maiores responsabilidades e colocaram nas mãos do Estado as alavancas económicas necessárias para planejar o desenvolvimento económico independente, assegurar o crescimento interno e melhorar assim a situação do emprego. Não é por acaso que às desintervenções escandalosas se seguiram muitas vezes as tentativas de despedimentos colectivos pelo patronato revanchista.

O importante papel que os trabalhadores desempenham na defesa dos seus postos de trabalho, nomeadamente através do controlo de gestão, é a demonstração clara de que os trabalhadores organizados são capazes de apontar as soluções económicas e sociais para fazer face aos problemas e defender a economia nacional.

Por isso, durante a Semana de Luta, o Secretariado Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores - Intersindical Nacional exortou todos os trabalhadores e activistas sindicais a participar nas iniciativas programadas pelos respectivos sindicatos e uniões sindicais e com a sua experiência, a contribuir activamente para o levantamento dos problemas e para as propostas de medidas que atenuem e finalmente eliminem o desemprego existente no nosso país.



Por que razão sobem os preços



Os preços dos combustíveis acabaram de sofrer um forte aumento, que variou entre os 25% (gasolina) e os 62,5% (fuel-oil). Outros aumentos se seguirão, ou como consequências destes ou devido a outros factores.

A pergunta natural que surge na mente de muitos trabalhadores é a seguinte: - Porque razão se tornaram «inevitáveis» (é a palavra oficial) estes aumentos e com a dimensão que eles tiveram?

As forças reaccionárias, agrupadas na chamada «aliança democrática», que melhor se podia chamar aliança do grande patronato, não se cansam de culpabilizar as empresas nacionalizadas por estas subidas. Pensam certamente, tal como aconteceu na Alemanha de Hitler, que uma mentira repetida muitas vezes acaba por enganar os trabalhadores.

Mas as razões destes e outros aumentos são bem outras, sofrendo muitas empre-

sas nacionalizadas as consequências dessas causas.

A primeira dessas razões ainda se prende, infelizmente, com o estado em que o fascismo deixou o nosso País.

E neste campo interessa dar alguns exemplos concretos para que os trabalhadores nunca se esqueçam dessa pesada herança, pois uma das técnicas das forças reaccionárias, para abolir o fascismo, é precisamente ridicularizar a questão da «herança».

Na Agricultura, e como consequência da política fascista neste sector (menos de 1100 grandes agrários possuíam mais de 1 500 000 hectares), a produção por hectare era a mais baixa da Europa. Se compararmos mesmo a nossa produção com a dos países mais atrasados deste continente, concluímos que a portuguesa era muito inferior. Por exemplo, em 1972, a produção de trigo por hectare era de 1200 kg em Portugal, 2470 kg na Itália e 2750 kg em Espa-

nha; a de milho era de 1330 kg, 5390 kg e 4890 kg, respectivamente em Portugal, Itália e Espanha.

Na Indústria suecía o mesmo. A produtividade por trabalhador era inferior entre um quarto e um quinto à média europeia.

E não nos venham dizer que esta baixa produção quer por hectare quer por trabalhador era culpa dos próprios trabalhadores. A prova da falsidade deste depoimento utilizado pelas forças da direita está precisamente no facto de que os trabalhadores portugueses a trabalharem em países estrangeiros alcançam normalmente os índices de produtividade dos nacionais desses países a desempenhar as mesmas tarefas.

Naturalmente, uma estrutura produtiva desta natureza irá sofrer bastante quer as consequências da crise que abala o sistema mundial do capitalismo a partir de 1973,



proteções?

em que a crise energética é uma das suas causas e também consequências, quer da sabotagem económica desencadeada pelas forças do patronato após a Revolução de Abril.

Mas esta situação herdada do fascismo podia e devia ser mudada. Efectivamente, em 1974 e em 1975, com as nacionalizações, com a Reforma Agrária, com uma política de melhoramento rápido das condições de vida dos trabalhadores (congelamento de preços e aumento importante de salários), etc., deram-se importantes passos nesse sentido.

Mas a partir de 1976, e nomeadamente desde 1977, com a política de submissão ao FMI, começou-se a caminhar numa situação inversa. Foi posta em execução, primeiro pelo Governo PS, de-



pois pelos Governos PS/CDS, Nobre da Costa, Mota Pinto, uma política em que aumentos brutais de preços se tornaram «inevitáveis».

Assim, a partir daquele ano procedeu-se a uma sistemática desvalorização do escudo que tem determinado que os produtos importados sejam cada vez mais caros para os portugueses (esta é uma das causas da actual subida dos combustíveis); aumentou-se brutalmente as taxas de juros o que tem causado a quebra dos investimentos, e consequentemente, baixa na criação de postos de trabalho (o que provoca a subida do desemprego), e o aumento de encargos para as empresas, o que, por sua vez, determina também aumento de preços (por exemplo, em 1978, a EDP, uma empresa nacionalizada, foi obrigada a pagar à Banca mais de 5 milhões de contos só de juros, a Siderurgia 1,2 milhões de contos, a Petrolgal 1,8 milhões de contos, a CP 1,9 milhões de contos, a RN mais de meio milhão de contos, etc.); igualmente a partir daquele ano os sucessivos governos congelaram os salários e liberalizaram os preços, o que associado a outras medidas, tem provocado uma quebra vertiginosa no nível de vida dos trabalhadores portugueses e de outras camadas desfavorecidas.

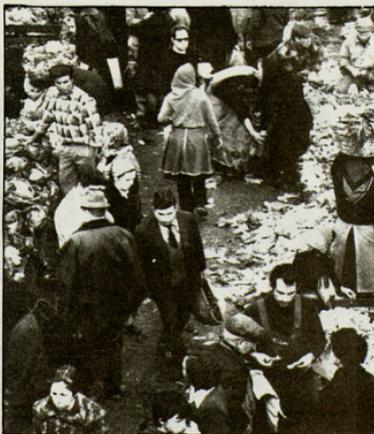
Conjuntamente com tudo isto verificou-se a partir daquela data um ataque violento contra a Reforma Agrária, visando claramente a sua destruição, e contra as empresas nacionalizadas, procurando-

-se desta forma criar dificuldades a estas para mais facilmente proceder a sua desnacionalização. Neste campo, evidenciou-se o famigerado Barreto e o governo fascizante de Mota Pinto.

Esta política tem destruído uma parte importante do aparelho produtivo nacional, o que tem provocado quebras de produção, aumento de de-

cerca de 50 milhões de contos.

É precisamente esta política de destruição sistemática da capacidade produtiva do País, de violência contra os trabalhadores e outras camadas desfavorecidas e de protecção descarada dos parasitas e do grande patronato, (em 1977, os lucros das empresas aumentaram 51% e, em 1978,



semprego, escassez de produtos, subidas nas importações, aumentos de preços, dependência em relação ao estrangeiro e ingerência do imperialismo.

Por exemplo, entre 1975 e 1978, a produção de trigo no nosso país baixou de 686 000 toneladas para apenas 252 000 toneladas; a pesca descarregada desceu de 285 000 toneladas para 204 000 toneladas; o desemprego aumentou de menos de 300 000 para mais de meio milhão; e as importações só de produtos agrícolas subiram de 22,8 milhões de contos para

44% de submissão ao imperialismo, é que tem tornado «inevitáveis», e com a diminuição que têm tido, os aumentos de preços. Enquanto esta política não for alterada estas e muitas outras subidas de preços serão «inevitáveis».

É por isso que o Movimento Sindical Unitário exige a modificação desta política, e a sua substituição por uma que sirva o Povo Português e o nosso País.

É preciso que o actual Governo comece já a lançar as bases que permitam alterar esta política de direita, a política do PPD/CDS,





"Por um futuro de paz e seg

CONFERÊNCIA

A Conferência Mundial «Por um Futuro de Paz e Segurança para Todas as Crianças», integrada no âmbito do Ano Internacional da Criança, realizou-se em Moscovo, de 7 a 11 de Setembro, e contou com a participação de 432 organizações internacionais, nacionais e regionais, de 130 países.

O nosso País fez-se representar por Ana Isabel Lopes Vieira, delegada do

GRAAL, no Conselho das Organizações não Governamentais (CONG) para o Ano Internacional da Criança (AIC) em Portugal e, ainda, por um elemento da Comissão Nacional Governamental para o AIC, e representantes do Movimento Democrático das Mulheres, dos Pioneiros de Portugal, da União da Juventude Comunista, bem como por um outro elemento do M.D.M., que in-

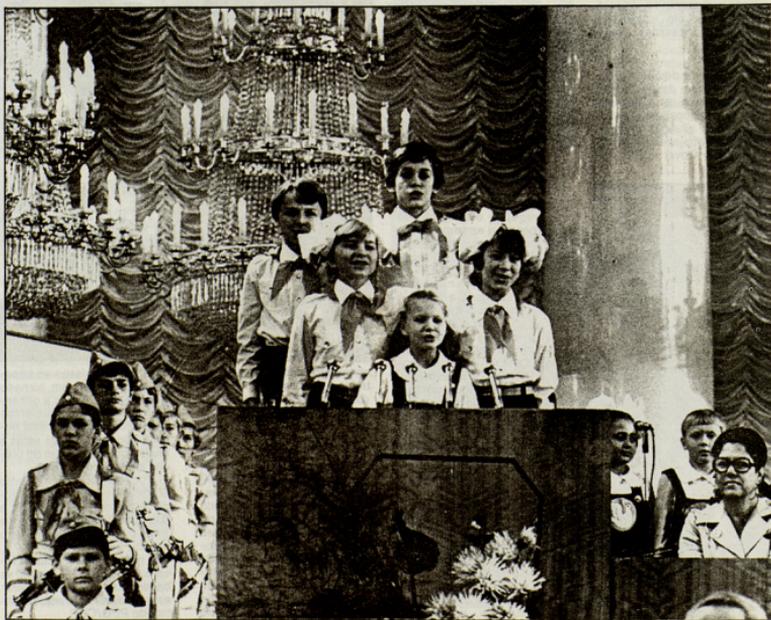
tegrava a delegação da FDIM à Conferência.

A representação da CGTP-IN na Conferência fez-se através da delegação do CONG (cuja intervenção na Conferência nesta secção), organismo onde se encontra representado o Departamento das Mulheres Trabalhadoras da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Na-

cional.

Os conferencistas aprovaram como conclusões finais «o desarmamento geral e universal e a construção da Paz em todo o mundo de modo a permitir o pleno e harmonioso desenvolvimento das gerações futuras».

Deliberaram ainda apresentar à ONU uma «proposta de transformação da declaração dos direitos da criança e que, exarada por



segurança para todas as crianças"

CONFÉRENCIA MUNDIAL REUNE EM MOSCOVO

uma Convenção, permita a aplicação de sanções aos países que a desrespeitem».

Finalmente os participantes na Conferência Mundial de Moscovo salientaram a «necessidade de se reforçar a solidariedade internacional para com todas as crianças vítimas da fome, da guerra e da opressão».

A participação nesta conferência de uma delegada do CONG veio contribuir grandemente para o reforço do trabalho desenvolvido por esta organização a nível nacional e, bem assim, das outras organizações que a integram, e cujo objectivo é a construção de um futuro pacífico e feliz para todas as crianças no nosso País.

Intervenção da Delegação portuguesa

Portugal fez-se representar na Conferência Mundial «por um futuro de Paz e Segurança para todas as crianças», realizado em Moscovo de 7 a 11 de Setembro, por Ana Isabel Lopes Vieira, delegada do GRAAL no Conselho das Organizações Não Governamentais para o Ano Internacional da Criança.

É o texto da intervenção da representante de Portugal que, a seguir, transcrevemos na íntegra.

O CONSELHO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PORTUGUESAS suadta todos os organizadores e conferencistas unidos nesta caminhada que é o bem estar da criança onde quer que ela esteja.

O C.O.N.G. Português tem grande alegria e honra de neste momento poder estar aqui representado, o que não seria possível antes da revolução do 25 de Abril de 1974, dada a estrutura política que reinava no país.

As ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS que fazem parte do C.O.N.G. e são em número de 30, são de âmbito nacional e defendem o bem-estar da criança para um completo desenvolvimento.

Pensamos que podemos dar um contributo para a troca de experiências e discussão desta conferência

dizendo-vos o que tem feito o C.O.N.G. Português.

Os objectivos que caracterizam e têm movido as O.N.G.S. Portuguesas são:

— estimular o cumprimento dos Direitos da Criança através de planos económicos e sociais que possibilitem actividades continuadas para um bom desenvolvimento da criança;

— troca de experiências e informações entre as diversas O.N.G.S. de forma a incentivar a dinamização das suas acções próprias e o desenvolvimento de acções conjuntas de âmbito nacional, regional ou local.

No desenrolar dos objectivos o C.O.N.G. tem vindo a dinamizar toda a população através da formação de comissões locais, regionais, as quais atingem neste momento cerca de duas centenas, que procuram a resolução



e minimização dos problemas de acordo com as necessidades locais.

Dada a diversidade das Organizações que estão representadas no C.O.N.G. e debruçando-se cada uma delas sobre problemas concretos, sentiu-se a necessidade de constituir grupos de trabalho, ficando assim facilitado o estudo dos problemas das crianças portuguesas e o nosso contributo para a resolução desses mesmos problemas. Surgem assim 4 grandes áreas de trabalho:

I — A CRIANÇA E AS QUESTÕES SÓCIOEDUCATIVAS;

II — A CRIANÇA NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE;

III — A CRIANÇA E A LEI;

IV — A CRIANÇA E A SAÚDE.

Cada grupo de trabalho tem desenvolvido o esforço inerente ao levantamento dos problemas das crianças relacionados com a sua área de trabalho assim como iniciativas tendentes

à resolução destes mesmos problemas.

Apesar de unidos pelo espírito do C.O.N.G., as O.N.G.S. têm autonomia própria para desenvolverem as suas iniciativas, que têm levado a cabo com a realização de exposições, passeios, visitas, actividades culturais, desportivas, acções reivindicativas, visando deste modo proporcionar às crianças «BONS MOMENTOS», que possam vir a ser uma constante das suas vidas.

Paralelamente às actividades desenvolvidas directamente com crianças, tem sido feita uma sensibilização da opinião pública procurando que o ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA não seja só 1979, mas que este seja uma forma de lançamento da responsabilidade que cabe aos governos e a toda a sociedade, para garantir condições e formas de desenvolvimento saudável a todas as crianças.

Emigração

Uma preocupação constante da CGTP-IN

A emigração não é um fenómeno accidental. Ela tem sempre um fundo, uma razão de ser, que pretende servir os interesses materiais e económicos dos países mais desenvolvidos económica e industrialmente, o que sucede pelo facto da mão-de-obra estrangeira ser, de maneira geral, mais mal paga, mais insalubre e de efeitos mais perigosos.

Assim, é normal que, no período das férias, os emigrados venham às suas terras matar saudades, rever a família e os amigos, enfim, «beberem» este sol português que normalmente trazem no coração. Muitos portugueses trabalham em França têm-se organizado em associações onde, em cada fim-de-semana, se reúnem, mais os seus familiares (quando podem tê-los na sua companhia), para passarem uma hora de convívio, ouvirão falar a sua/nossa língua, matar saudades de tudo o que é português e lhes toca na alma.

No número desses agrupamentos contam-se a Associação Cultural e Recreativa dos Portugueses de Fontenay-sous-Bois, arredores de Paris. Muitos dos filiados desta Associação vieram passar, este ano, como nos anos anteriores, férias à sua região. Normalmente oriundos de Trás-os-Montes, procuraram, desta vez, aproveitar a oportunidade para exporem às autoridades portuguesas as condições que tornam mais



duas as suas condições de emigrados em França.

Assim, representantes dessa Associação pediram uma reunião com a União dos Sindicatos de Vila Real, a fim de que essa União Sindical solicitasse reuniões com os representantes da Câmara Municipal e com o senhor governador civil, do mesmo distrito.

Essa reunião conjunta efectuou-se em 5 de Setembro de 1979, com os senhores vereadores José Augusto e Daniel, e com o senhor governador civil Camilo Botelho.

A essas entidades foi-lhes entregue um documento, no qual os emigrantes expõem as suas preocupações, tanto no que se refere ao país de origem como, principalmente, ao país onde desenvolvem a sua actividade profissional.

Também verbalmente os representantes da As-

sociação Cultural e Recreativa dos Portugueses de Fontenay-sous-Bois expuseram parte das mais urgentes necessidades que sentem nesse país, tanto no que se refere à falta de protecção das autoridades portuguesas, como à insegurança da sua estadia, ao ensino de Português em França, para os seus filhos não deixarem «perder» o sabor da língua pátria, pelo que requerem mais professores portugueses para esse fim, em número suficiente para que se possa fazer face à grande lacuna que parece existir pelo (aparente ?) desinteresse da parte governamental que até agora parece ter existido.

Também protestaram contra a manifestada falta de interesse dos deputados eleitos pela emigração na defesa directa dos interesses dos emigrados em França, sobretudo quando se constata a iminência do perigo na estadia dos trabalhadores estrangeiros, portugueses incluídos, face ao projecto de Lei «Barre-Bonnet», em discussão na Assembleia Nacional Francesa.

Estes contactos vieram no seguimento do encontro de representantes dessa Associação com os presidentes dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, com a recepção de um representante da Presidência da República, encontros estes pedidos através da CGTP-Intersindical Nacional.

A CGTP-IN E O M

CHILE

O fascis m

A propósito da passagem da data do golpe fascista no Chile, a CGTP-IN, em comunicado tornado público, recordou o significado particularmente doloroso para os trabalhadores e o povo chileno do fatídico 11 de Setembro de 1973.

Como especial convidada pela CUT, a CGTP-IN teve o grande privilégio de estar no 1.º de Maio em Santiago do Chile, onde pôde testemunhar, tal como algumas outras organizações internacionais, da particular ferocidade repressiva e da miséria em que 6 anos de ditadura fascista colocaram aquele país. Em cartas dirigidas à CGTP-IN a que conseguiram romper a malha policial, têm-nos chegado do Chile testemunhos vivos que nos relatam o clima de opressão e obscurantismo vivido neste país, mas também da



A CGT 'fr

UMA delegação da CGT francesa esteve recentemente entre nós a convite da CGTP-IN. A delegação da CGT, conduzida por Joaquim Galland e composta por Calude Sauvinet do Bureau Federal da Federação Metalúrgica, Claude Dufosse, secretário-geral da Federação Agrícola e Michèle Tohams do sector Europa da CGT, visitou diversas empre-

mo isolado

luta e da determinação dos trabalhadores e do povo chileno na sua caminhada para a liberdade, para a democracia e para um futuro mais fraterno.

Por parte da CGTP-IN e de todo o Movimento Sindical Unitário não têm faltado o apoio às acções dos patriotas chilenos e particularmente ao combate heróico que a CUT, apesar da repressão, desenvolve em todo o Chile, de Arica à Terra do Fogo.

Na sua actividade internacional tem também a CGTP-IN desenvolvido esforços incessantes para que o movimento sindical internacional tenha um papel mais activo e consentâneo com a necessidade da solidariedade dos trabalhadores e do povo chileno. Já em 1974 a CGTP-IN esteve na origem do Apelo para a 1.ª Conferência Sindi-

cal Mundial de Solidariedade com o Chile, a realizar em Lisboa, que, por razões estranhas à nossa organização, infelizmente se não chegou a concretizar.

Assim, a CGTP-IN viu com muito agrado as acções programadas pelo movimento sindical internacional no sentido de organizar uma semana de boicote, entre 9 e 15 de Setembro, a todos os transportes provenientes ou com destino ao Chile. Conforme assinalamos em comunicado à imprensa, este boicote é a arma legítima dos trabalhadores em solidariedade para os seus irmãos que no Chile sofrem a repressão, constituindo ainda um poderoso meio de luta para isolar a ditadura fascista de Pinochet. A CGTP-IN exortou pois os trabalhadores portugueses a



participarem activamente nesta jornada.

Brevemente, no Chile, pela luta do seu povo e com o apelo da solidariedade internacio-

nal, «de novo se abrirão as grandes avenidas onde passará o homem digno para construir uma sociedade melhor».

comunicado conjunto publicado no final das conversações, as duas organizações insistiram na necessidade de se intensificar a luta em torno dos objectivos da Democracia, da Paz, do Progresso Social e pelo fim da exploração imperialista e por uma nova ordem económica internacional mais justa.

Face à profunda crise do sistema capitalista e à acção nefasta das sociedades transnacionais, os trabalhadores que vivem nesses países enfrentam quotidianamente a

unitário, a prática do diálogo franco e aberto entre todos os que defendem os interesses dos trabalhadores assim como a cooperação entre os Movimentos Sindicais correspondem às reais aspirações dos trabalhadores em todos os países.

No decorrer das duas sessões de trabalho que realizaram, as duas delegações analisaram ainda com especial atenção a problemática da emigração e as dificuldades que lhe são criadas actualmente em França. Sobre as recentes medidas «Barre-Bonnet» as duas delegações condenaram firmemente o conteúdo «discriminatório e racista daquelas medidas e reafirmaram o seu propósito de continuarem a desenvolver todos os esforços para impedir a sua aprovação. Um capítulo especial sobre emigração foi aliás incluído no Acordo de Cooperação assinado entre a CGTP-IN e a CGT.

No respeitante à situação internacional as duas organizações condenaram a campanha desencadeada contra a República Socialista do Vietname e reafirmaram a sua confiança, apoio e solidariedade ao Povo vietnamita. A

propósito das pessoas que deixam o Vietname, as duas organizações chamaram a atenção para as responsabilidades do mundo capitalista em relação às vítimas e à destruição do Vietname e para a necessidade de, com pleno respeito pela soberania daquele país, os países capitalistas respeitarem os compromissos já assumidos no sentido de ajudarem a reconstrução da República Socialista do Vietname. Segundo afirmaram a CGTP-IN e a CGT, nada poderá justificar uma tal recusa.

No final do comunicado com que as duas centrais sindicais assinalaram esta visita da CGT a Portugal, elas manifestaram-se solidárias da Organização de Libertação da Palestina e de todos os povos em luta pela sua libertação.

Durante a sua estadia em Portugal que se prolongou de 3 a 7 de Setembro, a delegação da CGT visitou a Setenave, a Cooperativa Agrícola «Margarida Faria», onde foram saudados pelos trabalhadores e estruturas sindicais e reuniram com o Secretariado da União de Setúbal e com os dirigentes da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul.

O camarada Joannes Galland, chefe da delegação da CGT francesa, que visitou o nosso país e convidou a CGTP-IN

CGT francesa em Portugal

sas e regiões de Portugal. Unidas por fortes laços de amizade e solidariedade fraterna as duas organizações examinaram com detalhes a situação dos trabalhadores em Portugal e em França, os problemas relacionados com a situação dos emigrantes portugueses em França e alguns aspectos sobre a Europa Ocidental.

Conforme salientaram no

deterioração das condições de vida e trabalho, o aumento do desemprego, da inflação, a perda do poder de compra, as violações dos direitos e liberdades sindicais, a destruição da prosperidade económica, a CGTP-IN e a CGT preconizam o reforço da luta e das acções do Movimento Sindical a nível nacional e internacional. Na opinião das duas centrais sindicais, o reforço do trabalho



111.º Congresso do TUC britânico

COMO afirmou Tom Jackson, presidente do Congresso, no seu discurso de abertura «podemos todos ver já claramente os resultados deste mau Governo para o povo britânico. O presente Governo usa os instrumentos económicos que fahãram nos anos 30, como cortes no nível de vida, e um aumento massivo do desemprego. Estamos uma vez mais à beira dos anos 30, quando devíamos olhar em frente para os anos 80».

Na verdade, e como tive-

mos ocasião de testemunhar em Blackpool, o sentimento generalizado entre os 112 sindicatos e os 1200 delegados presentes nesta conferência anual dos sindicatos britânicos representando cerca de 12 milhões de trabalhadores, foi o de oposição total ao Governo reaccionário do Partido Conservador, liderado por Margaret Thatcher. O Governo, apoiado pelas forças internas mais retrógradas, pelas multinacionais e pelo imperialismo, lançou uma ofensiva desenfreada contra

os trabalhadores e os seus sindicatos e contra o povo britânico em geral, que se traduz em tentativas de impor medidas restritivas e punitivas à acção dos sindicatos, tentativa de destruir o Serviço Nacional de Saúde, recuperando a prática da medicina privada, tentando desnacionalizar sectores básicos da economia, etc.

O Congresso analisou exaustivamente a derrota dos trabalhistas nas recentes eleições gerais, tendo apontado como uma das suas causas o facto de o Partido Trabalhista não ter respeitado o «Pacto Social» assinado com os sindicatos, o que levou muitos trabalhadores a apoiar os Conservadores, que com a enorme maioria Parlamentar

de que dispõem se lançam raiosamente contra o povo britânico e os seus sindicatos em especial.

«Em frente para os anos 80»

O Congresso do TUC manifestou a sua determinação unânime de se opor à política repressiva dos «Tories», tendo aprovado um documento programático de fundo dirigido ao povo trabalhador da Grã-Bretanha, intitulado «Campanha para o Avanço Económico e Social».

Neste documento, apresentado pelo secretário-geral do TUC, Len Murray, faz-se um apelo à unidade do movimento operário britânico para fazer face à ofensiva da direita reaccionária contra as conquistas dos trabalhadores. É proposta uma estratégia global de alternativa à política económica e social de Thatcher. Entre outros aspectos ressaltam no documento a exigência de se pôr fim ao aumento do número de desempregados que poderá rondar os 2 milhões até ao fim de 1979, a manter-se o ritmo actual; exige que se adopte uma política de defesa dos interesses e dos recursos nacionais, em oposição à crescente acção nefasta das corporações multinacionais e dos seus ramos britânicos.

Esta campanha assentará na informação e esclareci-

mento a ser feitos ao Movimento Sindical Unitário e ao público em geral, sobre a alternativa do TUC para os anos 80.

Outra tónica realçada pelo 111.º Congresso do TUC e que para nós reveste também particular importância foi o da defesa dos direitos e das liberdades sindicais que o Governo Thatcher tenta pôr em causa de maneira bastante drástica. A reacção pronta, firme e unida do Congresso dos Sindicatos Britânicos deveria fazer meditar certos sectores políticos portugueses que fazem do ataque aos sindicatos, à CGTP-IN, e aos direitos sindicais adquiridos, o seu cavalo de batalha preferido.

O 111.º Congresso dos Sindicatos Britânicos tomou ainda posição sobre outros aspectos fundamentais da vida dos trabalhadores da Grã-Bretanha, ao aprovar, entre outras, moções defendendo a livre contratação colectiva, a proibição de despedimentos políticos e sem justa causa, a luta pela redução do horário semanal de trabalho de 40 para 35 horas; e da idade de reforma dos 65 para os 60 anos; a necessidade do estudo dos efeitos da nova tecnologia sobre o desemprego; o desmantelamento do Grupo de Intervenção da Polícia que tem reprimido frequentemente trabalhadores em greve e em manifestações; o saneamento dos órgãos de comunicação social, ao serviço da direita e dos grandes interesses monopolistas, etc. Foram ainda aprovadas várias moções de solidariedade aos povos em luta contra o fascismo e o racismo, como o Chile e a África do Sul.

Ao presenciarmos a sessão de encerramento do Congresso do TUC, em Blackpool, pudemos assistir ao clima de determinação militante para avançar com acções decididas no sentido de uma oposição frontal ao Governo Conservador reaccionário de Thatcher que, segundo certos observadores, não deixará perfeitamente de redobrar, no período habitual da contratação colectiva (o Outono e Inverno de cada ano), os ataques aos trabalhadores e à população em geral.

Duras batalhas aguardam os sindicatos britânicos para que a alternativa agora apresentada pelo TUC possa ser posta em prática, no interesse dos trabalhadores e do povo da Grã-Bretanha.



ANGOLA



Continuar a obra de Agostinho Neto

Agostinho Neto deixou uma grande saudade em todos os angolanos, em todos os democratas portugueses, em toda a Humanidade.

O homem político, o grande estadista, o insigne patriota e sobretudo a sua dimensão humana, tornaram Agostinho Neto uma figura ímpar em toda a África.

Como disse B. Davidson «Agostinho Neto foi amado e temido como chefe de uma luta pelo futuro, luta que tem de ser empreendida por todos os homens de todos os tempos e lugares, e também por todas as mulheres, repelindo o passado e transformando o presente».

Agostinho Neto foi um notável poeta angolano que enriqueceu extraordinariamente a língua portuguesa.

Mas, Agostinho Neto foi sobretudo a voz do seu povo, com ele LUTOU, com ele SOFREU, com ele VENCEU!

ADEUS À HORA DA LARGADA

Minha Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
tu me ensinaste a esperar
como esperaste nas horas difíceis

Mas a vida
matou em mim essa mística esperança

Eu já não espero
sou aquele por quem se espera

Sou eu minha Mãe
a esperança somos nós
os teus filhos
partidos para uma fé que alimenta a vida

Hoje
somos as crianças nuas das sanzalas
do mato
os garotos sem escola a jogar a bola de trapos
nos areais ao meu-dia
somos nós mesmos

os contratados a queimar vidas nos
cafézais

os homens negros ignorantes
que devem respeitar o homem branco
e temer o rico
somos os teus filhos
dos balços de pretos
além sonda não chega a luz eléctrica
os homens bêbedos a cair
abandonados ao ritmo dum batuque de morte

teus filhos
com fome
com sede
com vergonha de te chamarmos Mãe
com medo de atravessar as ruas
com medo dos homens
nós mesmos

Amanhã
entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição desta escravatura

Nós vamos em busca de luz
os teus filhos Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
Vão em busca de vida.



MENSAGEM DA CGTP-IN A PASCOAL LUVUALU, SECRETÁRIO-GERAL DA UNTA

Queridos Camaradas,

Com profunda emoção e tristeza tomamos conhecimento do falecimento do Presidente da República Popular de Angola e do MPLA-Partido do Trabalho, Camarada Agostinho Neto.

O desaparecimento de tão destacado dirigente, filho querido do Povo irmão de Angola, é uma perda irreparável para o vosso País, para África e para toda a Humanidade.

Os trabalhadores portugueses saúdam comovidamente a memória daquele que durante toda a sua vida foi um consequente e intrépido combatente pela liberdade do seu povo e pela independência de Angola e um dos líderes mais destacados de toda a Humanidade progressista e das forças amantes da Paz. Os trabalhadores e o povo português orgulham-se de ter contado a seu lado com Agostinho Neto no duro combate que durante anos tiveram que travar contra o fascismo. Com o nosso povo, Agostinho Neto conheceu também as agruras da repressão, da violência e da opressão.

Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola, Presidente do MPLA-Partido do Trabalho, lutador incansável pela paz, poeta notável, litou e morreu com o seu povo no coração. Angola chora o seu filho mais querido.

Na nossa memória e na memória dos homens perdurará para sempre Agostinho Neto, o homem simples e atávico, o homem sábio e sereno, o grande Amigo do nosso povo o nosso irmão.

Em nome da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional e dos trabalhadores portugueses apresentamo-vos, queridos camaradas, as nossas mais sinceras e sentidas condolências. Pedimo-vos que transmitiás à classe operária angolana e a todo o vosso povo o nosso profundo pesar por tão irreparável perda.

Tempos Livres 79 — Balanço

Claro que Setembro não é ainda tempo de balanço: de Outubro a Dezembro pode acontecer um mundo de coisas importantes, decisivas mesmo. Por acaso, e como adiante se verá, é precisamente o que vai passar com os Tempos Livres no Movimento Sindical. Por isso ao «Balanço», que é o tom deste número do Alavanca, juntamos as «perspectivas». Evitaremos o risco da futurologia a curto prazo e não escondemos que algumas das iniciativas programadas para o último trimestre poderão ser suprimidas, alteradas ou simplesmente adiadas, por, como costuma dizer-se, motivos imprevistos. Falaremos delas, no entanto, como ponto assente, e diremos da sua importância.

Uma outra referência prévia: passaremos por alto o

de consciência cada vez maior das associações sindicais quanto à necessidade de investir «tempo» e «organização» no sector dos Tempos Livres, e por outro lado, pela resposta dos trabalhadores a este investimento das suas organizações de classe.

Reflectir, discutir e organizar

Podemos mesmo começar o balanço por aqui: se bem que ainda longe do que deveria (e poderia) ser, existe já no movimento Sindical um espaço para a reflexão e discussão dos problemas relativos à cultura e ao desporto dos trabalhadores, isto é, para a definição de uma política, mesmo que apenas embrionária, de Tempos Livres, e a decisão de a levar à prática,

as suas responsabilidades neste campo, nomeadamente ao nível dos próprios locais de trabalho, pelo interesseamento directo das Comissões de Trabalhadores e Intersindicais e, principalmente, pela criação ou revitalização dos clubes de empresa.

Os resultados são já visíveis: para além das «classicas» Quimigal, Setenave, Cel-Cat e outras, em bastantes empresas os trabalhadores se atiram agora à tarefa de pôr os seus clubes a funcionar na promoção de actividades desportivas, culturais e recreativas.

A níveis mais elevados de organização muitos sindicatos fazem dos seus pelouros desportivos e culturais uma coisa viva, enquanto que as Uniãoes Distritais começam a agarrar de vez o problema. Alguns exemplos? Lisboa, Setúbal,



Objectivo da CGTP-IN: democratizar e massificar a cultura e o desporto

problema da quantificação da participação nas iniciativas. Basta que fique uma ideia: tanto nas actividades culturais como nas desportivas o número de participantes foi importante, não tanto em valor absoluto como pelo que significou. Por um lado, em termos

organizando-se para tal.

O ponto alto, neste aspecto, foi sem dúvida a Conferência de Organização Sindical em que o tema foi debatido e a recomendação aprovada aponta claramente para a necessidade de o Movimento Sindical assumir por completo

Porto, Coimbra, Braga, Viana, Aveiro. E não só!

Uma última nota: para fins de Novembro está programado um Seminário sobre Tempos Livres. A discussão será ampla e devidamente preparada, os pontos importna promoção de activida

desportivas, culturais e recreativas.

A níveis mais elevados de organização muitos sindicatos fazem dos seus pelouros desportivos e culturais uma coisa viva, enquanto que sobre Tempos Livres. A discussão será ampla e devidamente preparada, os pontos importantes de doutrina e organização serão abordados numa perspectiva de definição, as responsabilidades e o papel do Movimento Sindical melhor clarificados. Um objectivo a curto prazo presidirá a este Seminário: fazer chegar ao próximo Congresso dos Sindicatos documentação, recomendações e propostas que permitam aos delegados tomarem as necessárias deci-

co e perspectivas



«Joaquim Murieta» – um espectáculo a não perder

sões político-sindicais sobre o assunto e inscreverem no plano de acção a aprovar as directivas e programas que melhor sirvam o interesse dos trabalhadores.

Desporto e cultura: a mesma preocupação

Seria descabido inventariar neste artigo, todas as iniciativas que, muito no seguimento do que foi abordado no ponto anterior, as Uniãos, as Federações, os Sindicatos e empresas levaram a cabo até agora, e já têm programado

até ao fim do ano. As actividades desportivas, culturais e recreativas constituem a substância mesma dos Tempos Livres, seu objectivo e justificação.

Fomos publicando, em cima dos acontecimentos, aqui mesmo nas páginas da «Alavanca», artigos ou análises críticas sobre o que mais importante, neste campo, foi acontecendo no seio do Movimento Sindical. Focámos a espantosa movimentação que foi o 1.º de Maio, festa da cultura e do desporto dos trabalhadores, da participação popular, como talvez nunca tenha havido outra no nosso país. Relatámos o «2.º Torneio Internacional de Atletismo. 1.º de Maio» que pelo seu alto nível técnico, de espectacularidade, de afluência de público, se está a transformar no mais importante «meeting» do atletismo português.

Noticiámos e descrevemos o «2.º Corta-Mato Alavanca» e a «1.ª Taça CGTP-IN de Futebol de 11», já iniciativas de desporto de massa que movimentaram milhares de trabalhadores ao longo do país, no período de Janeiro a Maio, com particular relevo para os distritos de Lisboa, Setúbal e Porto.

Também desde o principio do ano, num trabalho paciente que vai dar frutos importantes para os trabalhadores num dos campos/chave da cultura



2.º Torneio Internacional de Atletismo: «... o mais importante 'meeting' português de atletismo...»

Tempos Livres 79

dos nossos dias, se têm vindo a tecer as malhas duma colaboração activa entre a CGTP-IN e a Cooperativa do cinema Forum, que um protocolo a assinar até ao mês de Dezembro ratificará.

No teatro, os trabalhos preparatórios do «2.º Festival Sindical de Teatro de Amadores», em 1980, correm em bom ritmo e, aqui na casa, ninguém duvida que vai ser reeditado, em edição melhorada e aumentada, o êxito do Festival de 1978.

No Desporto, ultimam-se os preparativos para o início da época 79/80. No programa: o 3.º Corta Mato Alavanca (talvez internacionalizado este ano, finalmente!), a 2.ª Taça de Futebol, a 1/2 Maratona e um grande torneio aberto de ténis de mesa.

Mas como costuma dizer-se: com o apoio da CGTP-IN, e integrados nas comemorações do 9.º Aniversário, as Unões Sindicais de Porto, Braga, Vila Real e Viana do Castelo levam a efeito o «1.º Festival Regional de Folclore - Regional Norte», com a participação de um grupo checoslovaco, e as unões de Lisboa e Setúbal organizam um ciclo de cinema dedicado ao tema «Cinema, Trabalho, Sindicalismo».

E, de 4 a 15 de Outubro a partir de um acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Cultura da União Soviética, a CGTP-IN promove uma série de espectáculos, em Lisboa, Barreiro, Setúbal, Marinha Grande, Alhandra e Coimbra, com o teatro Konsolei Leninista de Moscovo. A peça é «Estrela e Morte de Joaquim Murieta», numa versão musical da cantata do mesmo nome de Pablo Neruda.

Comentário final ao capítulo: o Movimento Sindical amplia, diversifica e aproveita as suas iniciativas desportivas e culturais. O caminho vai estando aberto, estamos a desbravá-lo.

Formação e Informação: a base de tudo?

Dois sectores críticos, estes. Sem eles, nada feito! Avançar por eles, é uma aventura, um risco, quando não simplesmente o incómodo de mil dúvidas.

Mas, na Formação, 79 foi já o ano do arranque: Cursos de animadores desportivos e animadores culturais em Viana do Castelo, Porto, Coimbra, Lisboa e Setúbal.

Um programa equilibrado e ajustado, largas dezenas de participantes, a colaboração activa da APAC e de muitos outros amigos de educação física. É verdade que a participação foi irregular, que um dos cursos ainda não terminou (?), que temos tido dificuldades na avaliação dos resultados.

Mas o balanço foi francamente positivo e já para 1980 o programa de Formação será alargado, incluindo inclusivamente um estágio no estrangeiro para alguns dos animadores.

Deixámos propositalmente para o fim a informação sobre a «informação». Há quase dois anos que um pequeno colectivo (cuja principais características são a persistência, o amor e o interesse pelas coisas da cultura e do desporto e a firme consciência da necessidade de as transmitir aos trabalhadores) vem mantendo a secção «Desporto/Cultura/Turismo Social». É um dos espaços mais vivos, mais úteis e de «melhor leitura» da «Alavanca». Mas, à dimensão do Movimento Sindical, convenhamos que é curto. A comunicação tem as suas leis pró-

prias, e a isso voltaremos breve, em próximo artigo. Os mais de três milhões de trabalhadores portugueses constituem-se num «mercado» de receptores de informação dos mais variados graus de interesse e capacidade. Para eles devia o Movimento Sindical criar uma rede informativa, neste campo, que fosse da revista especializada ao jornal de parede.

Ao afirmar isto não caímos em pecado de ambição, apenas enunciámos uma constatação rigorosa. E, embora conhecedores das dificuldades económicas do Movimento Sindical, esperamos que do próximo Congresso saiam algumas directivas claras e inovadoras sobre o assunto.

E pronto. Aqui fica este «Balanço e Perspectivas» de 79. Um ano não tão bom como todos gostaríamos que fosse e como os nossos trabalhadores o merecem e necessitam.

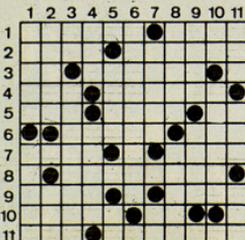
Mas não tão mau que nos desesperance e impeça de decidir: vamos agarrar nisto e andar para a frente. Em 80 o balanço vai ser ainda melhor. E das perspectivas para 81 nem se fala!

ANTONIO SOUSA
SANTOS

Passatempo

COLABORAÇÃO DE MANUEL COELHO

PROBLEMA N.º 32



HORIZONTAIS:

- Ignorância da verdade; Apalido.
- Resagel; Continente em franca recuperação de liberdade.
- Dentro do dado; Parte externa de boca.
- Que se pertence; Relativo à mente.
- Arvore com cuja casca se aromatiza o vinho; O «primário» homem; Pretico de negação.
- Obstáculos (fig); Empunhel.
- Altofones; Conhece.
- Inumerável.
- Saca; Grandesa.
- De idade avançada; Pel dos pastores.
- Saudável (inv.); Nome de um fruto.

VERTICAIS

- Manusela; Tempo quente e seco.
- Direção forte; Passada.
- Preposição; O mesmo que vimos.
- Que pratica o mal por ignorar o bem; Caixa para boletins de voto.
- Devotar amor; Amónio (s.-b.).
- Conhecimento da verdade.
- Delicada; Presidência da República.
- Desabrocho; Caminhim.
- Agarrar (inv.); Anagrama de rata.
- Antes de Cristo; Capital do País.
- Condimento; De mião; Fecho as asas para decolar mais depressa.

SOLUÇÕES

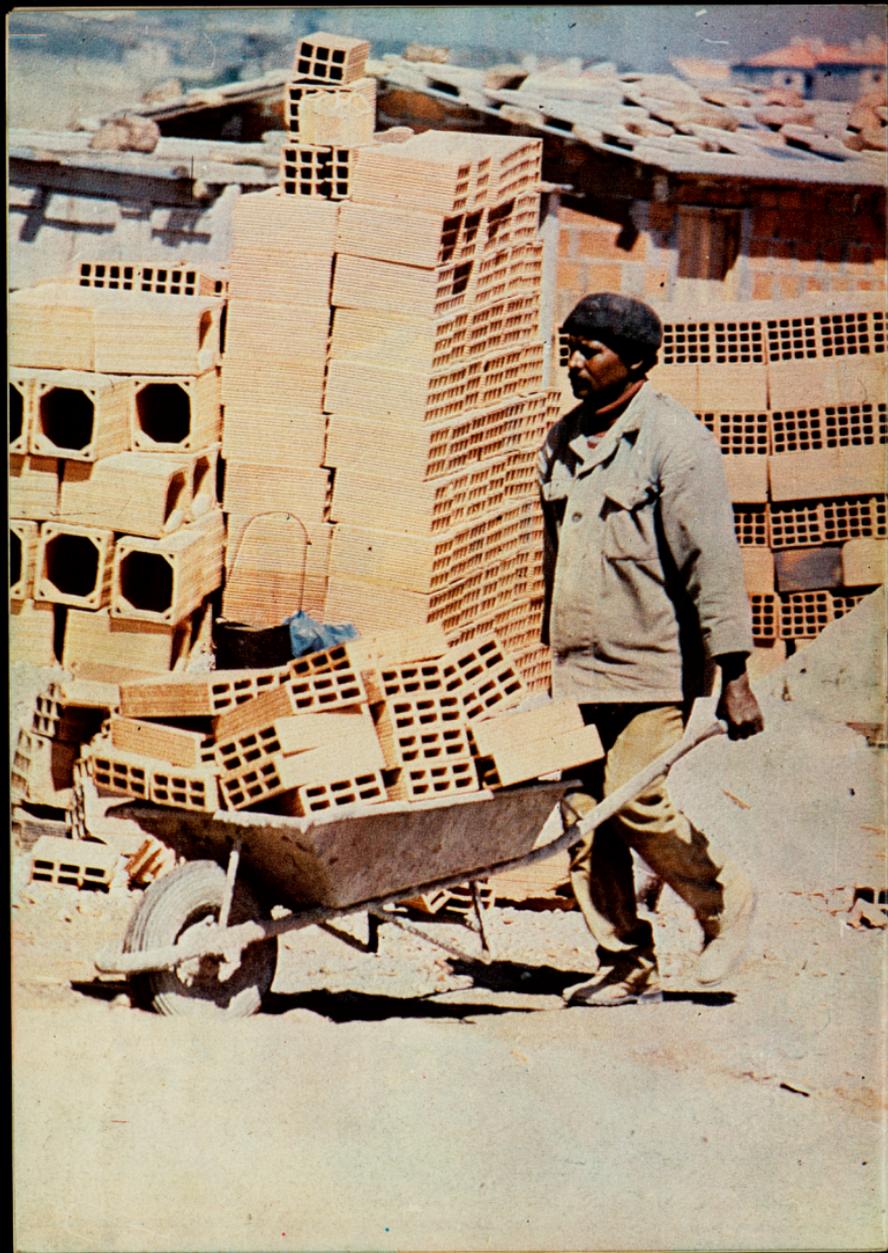
- 1 Sol: Mito. Sio
2 Sol: Látex
3 Sol: Art
4 Sol: Dígito
5 Sol: Pr
6 Sol: Cidreira
7 Sol: Am
8 Sol: Urtica
9 Sol: Urtica
2 Sol: Ida
3 Sol: Estro
1 Vert: A
11 Sol: Marmelo
10 Sol: Pa
9 Sol: Ora
8 Sol: Inimigo
7 Sol: Saco
6 Sol: Ora
5 Sol: Falso
4 Sol: Falso
3 Sol: Falso
2 Sol: Falso
1 Sol: Falso

os
Os
a-
as
a-
as
us
e.
to
r-
ue
da
os
o,
na
n-
fi-
os
so
a-
s-
a-
9.
no
9
o-
n.
os
de
e
o
or,
31

SA
OS



Foto de ARMINDO CARDOSO



9º ANIVERSÁRIO

UNIDADE SINDICAL

PARA

DEFENDER

ABRIL



1 OUTUBRO 1970/1979

C.G.T.P.-INTERSINDICAL